

UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS, JORNALISMO E SERVIÇO
SOCIAL CURSO DE JORNALISMO

ALEXIA NUNES CARRARA

**REVOLUÇÃO À MESA:
movimentos em rede durante a pandemia para repensar a sociedade através
alimentação**

Monografia

Mariana

2021

ALEXIA NUNES CARRARA

**REVOLUÇÃO À MESA:
movimentos em rede durante a pandemia para repensar a sociedade através
alimentação**

Monografia apresentada ao curso Jornalismo da Universidade Federal de Ouro Preto como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Jornalismo.

Orientador: Prof. Evandro José Medeiros Laia

Mariana

2021

SISBIN - SISTEMA DE BIBLIOTECAS E INFORMAÇÃO

C313r Carrara, Alexia Nunes .
Revolução à mesa [manuscrito]: movimentos em rede durante a
pandemia para repensar a sociedade através alimentação. / Alexia Nunes
Carrara. - 2021.
86 f.

Orientador: Prof. Dr. Evandro José Medeiros Laia.
Monografia (Bacharelado). Universidade Federal de Ouro Preto.
Instituto de Ciências Sociais Aplicadas. Graduação em Jornalismo .

1. Alimentação. 2. Comunicação - Aspecto social. 3. Comunicação em
rede. 4. Cultura. 5. Movimentos sociais. I. Laia, Evandro José Medeiros. II.
Universidade Federal de Ouro Preto. III. Título.

CDU 007



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO
REITORIA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS E APLICADAS
DEPARTAMENTO DE JORNALISMO



FOLHA DE APROVAÇÃO

Alexia Nunes Carrara

Revolução à mesa: movimentos em rede durante a pandemia para repensar a sociedade através alimentação

Monografia apresentada ao Curso de Jornalismo da Universidade Federal de Ouro Preto como requisito parcial para obtenção do título de bacharel em Jornalismo

Aprovada em 22 de abril de 2021

Membros da banca

Prof. Dr. Evandro José Medeiros Laia - Orientador (Universidade Federal de Ouro Preto)
Profa. Dra. Adriana Bravin (Universidade Federal de Ouro Preto)
Profa. Dra. Lara Linhalis Guimarães (Universidade Federal de Ouro Preto)

Evandro José Medeiros Laia, orientador do trabalho, aprovou a versão final e autorizou seu depósito na Biblioteca Digital de Trabalhos de Conclusão de Curso da UFOP em 01/06/2021



Documento assinado eletronicamente por **Evandro Jose Medeiros Laia, PROFESSOR DE MAGISTERIO SUPERIOR**, em 01/06/2021, às 16:24, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.ufop.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **0177933** e o código CRC **6B1AEDF3**.

Referência: Caso responda este documento, indicar expressamente o Processo nº 23109.005495/2021-93

SEI nº 0177933

R. Diogo de Vasconcelos, 122, - Bairro Pilar Ouro Preto/MG, CEP 35400-000
Telefone: - www.ufop.br

À todos os inconscientes que protestam

AGRADECIMENTOS

À minha mãe, melhor amiga e maior força. Repito o que já escrevi em outras cartas de amor: sem você eu não estaria aqui.

Às mulheres que me criaram e sempre me apoiaram, minha avó e minhas tias. Vocês me ensinaram a sonhar, a chorar e a enfrentar o mundo com a cabeça sempre erguida.

Às minhas companheiras de vida Mariana e Maria. O destino nos uniu para aprendermos juntas e levo vocês comigo por onde for. Faltam palavras para descrever meu amor por vocês.

À segunda casa de sete mulheres que habitei, República Choppana. Vocês são meu lar e minha família. Obrigada pelo afeto e pelas festas.

Aos corredores e hall do ICOSA por me apresentarem pessoas incríveis e amigos pra vida, em especial Eduardo, parceiro para todos os momentos.

Aos professores que cruzaram minha vida, me incentivando e ensinando a simplesmente ser.

Ao professor que acreditou nesse projeto de cara, me encorajou a escrever sobre o que amo, Evandro, obrigado pelo voto de confiança e por todo o conhecimento trocado.

À cidade de Mariana e tudo que ela me ensinou sobre a vida e sobre mim.

Às forças da natureza e do cosmos que me guiam.

O mundo não morreu. Afinal, o mundo nunca chegou a nascer.

Mia Couto

RESUMO

A alimentação como um objeto que movimenta diversas esferas da sociedade, por ser inata à vida humana, sempre esteve ligada aos processos culturais e de mudança social. Explorando formas de subjetivação que emergem da comida, visa-se uma análise crítica das formas de consumo e produção alimentar atuais e a formulação de alternativas ao sistema alimentar. Em uma cartografia guiada, principalmente, pelos Estudos Culturais, é feito o mapeamento do espaço social alimentar, traçado na interdisciplinaridade exigida para um tema que tange aspectos sócio-político-culturais. A comunicação também é tida aqui como um agente de mudança social e unindo-a com a alimentação pelos movimentos sociais em rede, o trabalho discute a necessidade da emergência de novas narrativas sobre alimentação. O recorte feito traz reflexões sobre os deslocamentos da alimentação durante a pandemia do coronavírus e o papel da Ação Coletiva Comida de Verdade na fomentação de novas discussões e subjetividades sobre o tema, um movimento nascido durante a pandemia, que organizou discussões on-lines entre diversas redes de pesquisa e ativismo para expandir o conhecimento popular sobre segurança e, principalmente, soberania alimentar.

Palavras-chave: Alimentação; Cultura; Soberania alimentar; Comunicação em rede; Movimentos sociais.

ABSTRACT

Food as an object that moves different spheres of society, because it is innate to human life, has always been linked to cultural processes and social change. Exploring subjectification forms that emerge from food, a critical analysis of current forms of consumption and food production and sources of alternatives to the food system is sought. subjectivities that emerge from food are explored through a critical analysis of current forms of consumption and food production and sources of alternatives to the food system is sought. In a cartography guided, mainly, by Cultural Studies, we made the mapping of the social food outlined in the interdisciplinarity required for a theme that touches social, political and cultural aspects. Communication is also seen here as an agent of social change and uniting it with food by social networked movements, the work discusses the need for the emergence of new narratives about food. The cut made brings reflections on the changes in food during the coronavirus pandemic and on the promotion of new discussions and subjectivities on the theme by the Ação Coletiva Comida de Verdade, a movement born during the pandemic, which organized online discussions between different research and activism networks to expand popular knowledge about security and, above all, food sovereignty.

Keywords: Food; Culture; Food sovereignty; Network communication; Social movements.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	10
1 SOMOS O QUE COMEMOS	12
1.1 Alimentação é cultura	22
2 COMEMOS O QUE SOMOS	26
2.1 Alimentação é política	28
2.2 O futuro está na comida	39
3 COMUNICAÇÃO EM REDE E MOVIMENTOS SOCIAIS	42
4 CARTOGRAFIA DOS MOVIMENTOS ALIMENTARES	56
4.1 Sistema agroalimentar e pandemia	59
4.2 Arando a terra do futuro	73
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	73
REFERÊNCIAS	77

INTRODUÇÃO

Esta pesquisa nasceu da vontade incessante de falar sobre comida. É pelas lentes da alimentação que esse trabalho explora as hierarquias de poder da sociedade e a potência dos movimentos alimentares na criação de subjetividades. A pesquisa é feita no contexto da pandemia da covid-19 e de afastamento social, que afetou produção e consumo mundial, relações pessoais, como nos comunicamos e alimentamos, entre outros fatores. Tendo isso em vista, o trabalho discute a noção de cultura desde suas primeiras conceituações, e por meio dos Estudos Culturais, passamos a explorar a sociedade de consumo, globalização e a significação das sociedades em torno da disputa hegemônica e da disseminação de estilo de vida e identidades em construção. Félix Guattari e Suely Rolnik (1997) trazem o conceito de subjetividade, ligando o capitalismo à cultura das sociedades ocidentais e como o mundo foi impelido a assumir esse estilo de vida como único. A partir dos conceitos de Guattari, pensa-se a construção subjetiva do mundo e formas de movimentá-la.

A alimentação, neste trabalho, é indissociável da cultura e portanto, todas as questões são discutidas tendo ela como mediadora. Para mostrar como a comida está incutida em mudanças sociais, é traçado um percurso histórico da alimentação, desde as primeiras rodas em volta da fogueira, até o sistema agroalimentar industrial atual, analisando os principais fatores que modificaram a forma como as pessoas se alimentam e como essas alterações podem ser agentes de mobilização social. Busca-se também problematizar o sistema alimentar, mostrando seu vínculo com diversas crises socioambientais atuais, como a fome que encara cada vez mais brasileiros. Mas não apenas expor os problemas, esse trabalho se volta à pesquisa por alternativas.

Não se ambiciona trazer um plano, ou um passo a passo para a revolução, já que esta deve ser construída por alianças variadas. E é esse o ponto central da problematização: a criação de alianças e troca de informações. Por isso, se faz necessário discutir a comunicação em rede, descrita por Manuel Castells (2005) em relação aos movimentos sociais e as reivindicações ocorridas nos últimos anos que foram organizadas totalmente em meios digitais. É com base nesses estudos que enxergamos o poder da comunicação em rede quando trata-se de um movimento de mudança transversal, como a alimentação, que engloba diversos campos de ação.

O objetivo final dessa cartografia, que se coloca em um papel de abertura de novos horizontes para a comunicação da alimentação, é explorar caminhos possíveis por meio da

organização em rede e mostrar a potência da troca entre diferentes instâncias da sociedade em prol de uma mudança de subjetividade referente ao sistema alimentar, e conseqüentemente da cultura. Para alcançar tal objetivo, o recorte da pandemia da covid-19 foi escolhido por ser um momento de repensar atitudes e estilo de vida, além de reconhecermos a importância de fomentar discussões durante esse período. A Ação Coletiva Comida de Verdade se mostrou um objeto muito relevante durante a pesquisa, já que se organiza pelas redes digitais e é baseado nos mesmos conceitos explorados nesta pesquisa. Portanto, as discussões realizadas pelo movimento conversam diretamente com o trabalho e possibilitam uma análise de discursos e ações ligadas à alimentação que emergiram durante a pandemia.

O aporte teórico é usado para analisar tais ações em um âmbito de mudanças possíveis, buscando explicar a origem destas discussões, seus tensionamentos e objetivos dentro do contexto mundial. Esse projeto não procura resultados concretos ou uma análise final sobre a alimentação, mas propõe uma reflexão sobre os diversos âmbitos da vida tangenciados por ela. Discutindo comida, espera-se despertar uma reflexão sobre as desigualdades deste sistema de produção e do estilo de vida de diversas sociedades e a partir disso mostrar que existem saídas, existem pessoas se organizando, buscando soluções e implementando mudanças em rede. Começando com a disponibilidade de informações sobre alimentação nas redes até a realização de projetos, lutas e movimentos dedicados a ensinar e lutar por uma ressignificação, não apenas da alimentação, mas do estilo de vida contemporâneo.

1. SOMOS O QUE COMEMOS

Nesse estudo, a alimentação é tida como uma criadora de subjetividades e portanto, para estudá-la precisa-se entender os conceitos de cultura e sociedade, em uma perspectiva antropológica e histórica. A partir do entendimento sobre subjetivação, discutiremos o papel da alimentação na construção da cultura e como as ideias de “desenvolvimento”, “progresso” e consumo têm sido responsáveis por mudanças na relação humana com o mundo. Discutiremos neste capítulo a criação do conceito de cultura e as mudanças ocorridas nas sociedades nos últimos séculos, que nos trouxeram ao momento que vivemos hoje.

A diversidade de comportamentos entre os diversos grupos humanos sempre foi um campo de curiosidade de teóricos de diversas áreas de estudo. Entender como os humanos se diferenciam dos animais e como se diferenciam entre si levou muitos pesquisadores a estudar as manifestações e organização de sociedades procurando por um conceito que explicasse tais formas de vida. Desde a.C, Heródoto(484 a.C -424 a.C) já parecia interessado em entender a forma de vida de outras sociedades. Muitos viajantes relataram a vida em contextos diferentes do seu, podemos citar Tácito (55-120), Marco Polo, italiano que viajou pela China e Ásia entre 1271 e 1296, padre José de Anchieta (1534-1597) e Montaigne (1533-1572). (LARAIA, 2001, p. 9,10)

Foi apenas no final do século XVIII, que Edward Tylor (1832-1917) sintetizou os termos Kultur e Civilization para cunhar o primeiro conceito de cultura, trazido ao texto por Geertz (1978), “tomado em seu amplo sentido etnográfico é este todo complexo que inclui conhecimentos, crenças, arte, moral, leis, costumes ou qualquer outra capacidade ou hábitos adquiridos pelo homem como membro de uma sociedade” (GEERTZ, 1978, p.33. apud LARAIA, 2001, p. 25). Tylor desenvolveu um conceito que já rodava na mente de muitas pessoas, descrevendo a cultura como uma construção, algo que se adquire ao longo da vida, se opondo às ideias de uma sabedoria inata. O pesquisador Jacques Turgot (1727-1781) já falava sobre essa construção de significados e ajudou na elaboração do conceito afirmando que como “possuidor de um tesouro de signos que tem a faculdade de multiplicar infinitamente, o homem é capaz de assegurar a retenção de suas idéias eruditas, comunicá-las para outros homens e transmiti-las para os seus descendentes como uma herança sempre crescente.” (LARAIA, 2001, p. 26)

Considero importante ressaltar que Tylor baseava seus estudos sobre cultura parte das ciências naturais, já que os humanos, mesmo tendo desenvolvido uma cultura, ainda são parte da natureza.

O mundo como um todo está fracamente preparado para aceitar o estudo geral da vida humana como um ramo da ciência natural.... Para muitas mentes educadas parece alguma coisa presunçosa e repulsiva o ponto de vista de que a história da humanidade é parte e parcela da história da natureza, que nossos pensamentos, desejos e ações estão de acordo com leis equivalentes àquelas que governam os ventos e as ondas, a combinação dos ácidos e das bases e o crescimento das plantas e animais. (LARAIA, 2001, p.31)

Porém nem todas as afirmações de Tylor se mostraram corretas com o passar dos anos, os estudos do autor foram escritos durante o período teórico em que Darwin desenvolveu sua ideia de evolução, o que acabou influenciando os textos de Tylor em que ele assegurava a cultura europeia como mais evoluída que outras, caindo em um evolucionismo unilinear, e recusando a percepção de uma multilinearidade no desenvolvimento das culturas e abrindo mão do relativismo cultural.

O estudo da cultura como multilinear entende a sua construção como resultado da história de determinado grupo. Os acontecimentos pelos quais o grupo passa moldam as formas de entender e significar o que passou e o que está por vir. Portanto, "o homem é o resultado do meio cultural em que foi socializado. Ele é um herdeiro de um longo processo acumulativo, que reflete o conhecimento e a experiência adquirida pelas numerosas gerações que o antecederam." (LARAIA, 2001, p. 46)

Outro ponto de destaque nos estudos sobre a cultura é a comunicação, pois é a partir dela que os humanos conseguem passar para outras gerações suas descobertas e avanços. "A linguagem humana é um produto da cultura, mas não existiria cultura se o homem não tivesse a possibilidade de desenvolver um sistema articulado de comunicação oral" (LARAIA, 2001, p. 53). Assim sendo a cultura humana nada mais é do que uma construção de significados a partir das vivências, podendo ser alterada de acordo com novas experiências.

A construção da subjetividade resulta na organização da sociedade e em como as ações individuais e coletivas são tomadas. A cultura está associada às atividades de semiotização e pode-se mudar as formas de significação.

A partir do momento em que não mais consideramos a produção de subjetividade como sendo apenas um caso de superestrutura, dependente das estruturas pesadas de produção das relações sociais. A partir do momento em que consideramos a produção de subjetividade como sendo a matéria-prima da evolução das forças produtivas em suas formas mais desenvolvidas (GUATTARI E ROLNIK, 1996, p.26)

Muitas sociedades contemporâneas se organizam ao redor da produção e do consumo, gerado por um sistema capitalista de produção material e imaterial. Quando Guattari e Rolnik (1996) discutem sobre as formas de controle no sistema capitalista, não se referem apenas às trocas monetárias, mas também ao controle da subjetivação. Para esses autores o lucro do capital não se reduz a mais-valia econômica, mas também à hegemonia da subjetividade. Ou seja, ao mesmo tempo em que a cultura é fundamental para a construção dos sistemas que nos inserimos, esses sistemas também a manipulam e a reconstróem.

Mediante os estudos de signo realizados por Saussure, Mike Featherstone conceitualiza a construção dos significados, em que o signo “é determinado arbitrariamente por sua posição num sistema auto-referenciado de significantes” (FEATHERSTONE, 1990, p.122). A subjetividade é produzida, não só individualmente, mas socialmente por sistemas hierárquicos que se confundem e estão disfarçados por diversas camadas de poder, sendo encontrada, segundo Guattari e Rolnik (1996) em todos os níveis de produção e consumo, sendo muitas vezes inconsciente.

A produção dos meios de comunicação de massa, a produção da subjetividade capitalística gera uma cultura com vocação universal. Esta é uma dimensão essencial na confecção da força coletiva de trabalho, e na confecção daquilo que eu chamo de força coletiva de controle social.” (GUATTARI E ROLNIK, 1996, p. 19).

Os avanços tecnológicos e a globalização dos meios de produção levaram grande parte da população mundial a assumir uma cultura globalizada com sociedades que se organizam de forma parecida e possuem apenas traços que as diferenciam entre si, normalmente ligados ao nacionalismo e à história da sociedade. Para falar dessa cultura universal, podemos focar no princípio que conecta as sociedades atuais, o consumo.

Os estudos acerca deste conceito geraram muitas discussões entre autores, pois pode ser pautado a partir de variadas perspectivas. Um dos primeiros embates é dos termos Sociedade e Cultura de consumo, que mesmo sendo parecidos designam perspectivas diferentes. Por mais que tais ideais se debruçam uma sobre a outra, sua separação, para fins de análise, é necessária, pois são “esferas da vida social e arranjos institucionais que não se encontram, na prática, uniformemente combinados entre si, podendo ser encontrados desvinculados uns dos outros” (BARBOSA, 2004, p.9).

O consumo é “o conjunto de processos socioculturais em que se realizam a apropriação e os usos dos produtos” (CANCLINI, 1990, p.53). Essa descrição o insere em uma cadeia de processos, e não apenas como ação supérflua, capaz de reproduzir a força de trabalho e expandir o capital. A organização do capitalismo, como sistema de produção, se

baseia em formas de angariar mais lucro com a força do trabalho, por isso, o conceito de consumo trata de como a distribuição e acesso de bens é dependente de uma cadeia estruturada de administração.

Algumas sociedades podem ser de mercado sem que a produção seja definidora de questões sociais. Nesse tipo de sociedade as identidades e relações não são constituídas pelo consumo, tendo outras formas de organização e significação. Ou seja, uma Sociedade de consumo nem sempre é construída por meio de uma Cultura de consumo, ambas geram problematizações, porém em contextos diferentes. A primeira pode ser caracterizada por integrar, concisamente e basicamente, “características sociológicas para além do *commodity sign*, como consumo de massas e para massas, alta taxa de consumo e de descarte de mercadorias per capita, presença de moda, sociedade de mercado, sentimento de insaciabilidade do consumidor” (BARBOSA, 2004, p.8, grifo do autor). Um estudo da mesma poderia abarcar uma crítica não só ao sistema capitalista, mas também cair em um moralismo relativo ao materialismo das sociedades atuais.

Essa visão ainda pode desembocar em uma crítica social baseada na moralidade, já que desde o século XVII, “temas como materialismo, exclusão, individualismo, hedonismo, lassidão moral, falta de autenticidade, desagregação dos laços sociais e decadência” (BARBOSA, 2014, p.12) são relacionados ao consumo. Relacionar tais assuntos nos leva ao âmbito da ostentação e superfluidade - que pode se confundir com as críticas que precisam ser feitas sobre o assunto; silenciar e isentar os agentes sociais de seus atos, além de não diferenciar o significado do conceito dentre os grupos sociais.

Autores, citados por Barbosa (2004), como Daniel Miller, Colin Campbell, Pierre Bourdieu e Mary Douglas fazem uma discussão do consumo como formador e mantenedor de diversos sistemas sócio-culturais. Sendo discutido nos âmbitos da sua mediação em relações sociais, da cultura material, dos motivos que levam a compra de determinados produtos por determinadas pessoas e qual a relação com a construção da subjetividade humana.

A cultura de consumo é ideal para entendermos a estruturação do sistema capitalista. O conceito pode ser discutido primeiro

na dimensão cultural da economia, a simbolização e o uso de bens materiais como “comunicadores”, não apenas como utilidades; em segundo lugar, na economia dos bens culturais, os princípios de mercado - oferta, demanda, acumulação, de capital, competição, e monopolização - que operam “dentro” da esfera dos estilos de vida, bens culturais e mercadorias (FEATHERSTONE, 1990, p.121).

Por essa ideia podemos entendê-lo não apenas em seu momento final de compra pelo cidadão, mas em todo seu processo, como produtor de significados dentro da sociedade.

Alguns autores vêm pesquisando sobre a mudança da concepção do consumo, que não se encaixa mais na problemática do materialismo e deve ser analisada como parte de uma estrutura cultural. O produto passa a ter, além do seu valor de troca e de uso, um valor simbólico. “Através do consumo, atos locais e mundanos são relacionados a forças globais de produção, circulação, inovação tecnológica e relações políticas” (BARBOSA, 2004, p.13).

Nesse sentido, a significação dada a este dentro de uma análise cultural serve para refletir sobre o que consideramos valioso e como isso reflete na construção da identidade e no nosso posicionamento acerca das formas de produção. Dessa forma, o consumo passa de um conceito materialista, como nas teorias de Marx, para se tornar um objeto cultural, com a conceituação da “mercadoria-signo”, que Featherstone (1990) conceitua através das teorias semiológicas de Baudrillard.

Assim, a sociedade de consumo torna-se essencialmente cultural, na medida em que a vida social fica desregulada e as relações sociais tornam-se mais variáveis e menos estruturadas por normas estáveis. A superprodução de signos e a reprodução de imagens e simulações resultam numa perda do significado estável e numa estetização da realidade, na qual as massas ficam fascinadas pelo fluxo infinito de justaposições bizarras, que levam o espectador para além do sentido estável. (FEATHERSTONE, 1990, p.34)

O funcionamento desse sistema de produção é comentado por Featherstone (1990), já que à medida que a variedade de produtos lançados no mercado todo dia passa a ocupar o espaço de ações rotineiras e de lazer, o consumo de bens passa a demarcar relações sociais. Essas relações fazem parte de uma sociedade estruturada a partir dos signos que designam o que é ou deixa de ser necessário e valorizado.

Ou seja, para que se mantenha o sistema capitalista como motor da sociedade, a economia não é o único fator de importância, mas também a construção subjetiva dos indivíduos e deste grupo social. Muito do que se acredita ser inerente ao ser humano, na verdade são construções subjetivas do que se deve ser enquanto participante da cultura hegemônica global. Para mudar a forma como as sociedades se organizam, é necessário mudar a forma como a mesma significa suas próprias estruturas.

Entretanto, nem todas as subjetividades são concordantes com a produção capitalista. Guattari e Rolnik (1996) explicam sobre as fronteiras, espaços em que mostramos-nos alheios à hegemonia. Krenak (2019) também pensava na existência de fronteiras, ele critica a concepção de uma humanidade que não agrega todos os seres vivos e suas diferenças.

A modernização jogou essa gente do campo e da floresta para viver em favelas e em periferias, para virar mão de obra em centros urbanos. Essas pessoas foram arrancadas de seus coletivos, de seus lugares de origem, e jogadas nesse liquidificador chamado humanidade. Se as pessoas não tiverem vínculos profundos

com sua memória ancestral, com as referências que dão sustentação a uma identidade, vão ficar loucas neste mundo maluco que compartilhamos. (KRENAK, 2019, p. 7)

A produção da cultura, em seus vários significados, está atrelada ao controle e ao poder. “Não apenas poder sobre objetos culturais, ou sobre possibilidades de manipulá-los e criar algo, mas também poder atribuir a si os objetos culturais como signo distintivo na relação social com os outros.” (GUATTARI E ROLNIK, 1996, p.20). Quem está nas fronteiras dessa cultura, encontra-se em posição de inferioridade em relação àqueles que detém o poder.

A sociedade como é organizada hoje, tem raízes históricas e podemos estudar no passado como as formas de consumo vem mudando a si mesmas e também a sociedade ao seu redor. “Embora permaneçam disputas em torno do 'quando' aconteceu a sociedade de consumo, variando este do século XVI até XVIII, existe, por outro lado, um relativo consenso em que constituíram as mudanças que ocorreram” (BARBOSA, 2004, p.18). As mudanças as quais a autora se refere dizem respeito às novas mercadorias que surgiram após a expansão ocidental, à uma nova subjetivação e à expansão da ideologia individualista. O ponto central dessas mudanças foi a Europa, que disseminou sua narrativa pelo mundo, exterminando culturas de outras sociedades.

Nesse epicentro, o consumo era manifestado na esfera familiar e respeitando leis suntuárias, que definiam o que se consumia dentro de determinados grupos, pela posição social exercida e não pela renda. A falta de renda de alguns integrantes da corte para manter o estilo de vida designado a eles os fazia necessitar de empréstimos e favores reais, além de procurar no casamento com burgueses uma forma de se manter dentro do círculo social. “era a consequência natural nessa sociedade onde trafegavam em sentido inverso a renda e o estilo de vida e status” (BARBOSA, 2004, p.21).

Também nesse momento foi concebida a ideia de humanidade. “A ideia de que os brancos europeus podiam sair colonizando o resto do mundo estava sustentada na premissa de que havia uma humanidade esclarecida que precisava ir ao encontro da humanidade obscurecida, trazendo-a para essa luz incrível” (KRENAK, 2019, p. 6). Para o autor a colonização vem de encontro com a concepção da superioridade europeia nas suas formas de entender o mundo e na maneira como devemos viver.

mesmo um olhar superficial sobre a história desafia este conto de fadas do progresso humano: os Holocaustos Nazi e Estalinista são testemunhas do potencial destrutivo da Era Industrial, e as maravilhas da revolução tecnológica coexistem com o processo autodestrutivo do aquecimento global e com o ressurgir de epidemias à escala do planeta (CARDOSO E CASTELLS, 2005, p.5).

Durante muito tempo nos apoiamos no conceito da humanidade para concretizar genocídios e o extermínio de culturas e sociedades inteiras. “Essas agências e instituições foram configuradas e mantidas como estruturas dessa humanidade. E nós legitimamos sua perpetuação, aceitamos suas decisões, que muitas vezes são ruins e nos causam perdas, porque estão a serviço da humanidade que pensamos ser” (KRENAK, 2019, p. 6).

Nos dias atuais enfrentamos um momento de flutuações entre correntes de pensamentos. A sociedade tem sido analisada por diferentes correntes conceituais, que discordam entre si e tentam entender todas as ramificações da sociedade e da cultura. A complexificação dos grupos sociais precisam ser estudadas por uma lente multidisciplinar, não há como entender a quantidade de processos formadores da sociedade analisando-a apenas por um ponto de vista. Portanto, para completar um estudo sobre qualquer possibilidade de mudança estrutural da subjetividade da sociedade é preciso explorar algumas dessas concepções para então assumir um ponto de partida.

Muitos autores baseiam-se na pós-modernidade para uma explicação temporal do “desenvolvimento” da sociedade. Como é o caso de Featherstone (1990) que pontua os estudos sobre a pós modernidade realizados por autores como Baudrillard e Lyotard, elucidando que as “novas formas de tecnologia e informação tornam-se fundamentais para a passagem de uma ordem social produtiva para uma reprodutiva” (FEATHERSTONE, 1990, p.20). O autor também aponta as concepções de Fredric Jameson sobre a pós modernidade, “o pós modernismo é o dominante cultural ou a lógica cultural da terceira grande etapa do capitalismo - o capitalismo tardio - cuja origem está na era posterior à Segunda Guerra Mundial” (FEATHERSTONE, 1990, p.21).

A forma como os autores pós-modernistas analisam a sociedade pode gerar algumas problematizações.

As descrições de experiências subjetivas certamente têm sentido no âmbito das práticas dos intelectuais e dos públicos educados para a interpretação de tais sensibilidade; porém, a suposição de que é possível fazer proposições de alcance mais amplo exige evidências mais cuidadosas” (FEATHERSTONE, 1990, p.22).

Ou seja, o conceito de pós-modernidade apresenta uma importante visão da sociedade, mas deixa a desejar análises que entendem a recepção dessas novas formas de conhecimento e subjetivação por pessoas em diferentes contextos. “Fica patente a insuficiência do conceito, pelo menos até agora, no sentido de apresentar e propor o remapeamento teórico do mundo, uma reorganização dos cânones culturais, uma des-hierarquização geopolítica.” (PRYSTHON, 2010, p. 6).

Mas não temos apenas o conceito de pós-modernidade para entender as subjetividades das sociedades atuais, que se encontram cada vez mais globalizadas e homogêneas. Guattari e Rolnik (1996) defendem uma história que se rompe e se reescreve a cada nova mudança, com uma nova significação das ideias antigas sob uma nova perspectiva. “As transformações se multiplicaram por mil e, no entanto, continuamos com o mesmo sistema de 1945, com o mesmo tipo de partido político completamente esclerosado, de constituição, de organização, de pseudodemocracia, a mesma incapacidade de encontrar um novo modo de vida, de produção” (GUATTARI E ROLNIK, 1996, p.184). Para esses autores o poder em diversos momentos passou por disputas, mas fatores intrínsecos à estrutura social incapacitam essas disputas de encontrar uma saída definida para os problemas mundiais.

Krenak (2019) apresenta uma visão exterior ao academicismo sobre a sociedade. Nascido em uma comunidade indígena, o autor explora as perspectivas dessa população oprimida pela subjetividade hegemônica, que não é vista como pertencente a essa humanidade que construímos. “Isso porque a máquina estatal atua para desfazer as formas de organização das nossas sociedades, buscando uma integração entre essas populações e o conjunto da sociedade brasileira” (KRENAK, 2019, p. 20).

O autor discute o Antropoceno como o tempo que vivemos atualmente, com a supremacia humana sobre as outras formas de vida do planeta, segundo Krenak (2019) é uma construção do imaginário coletivo e não apenas uma ideologia. “o nosso apego à ideia fixa de paisagem da Terra e de humanidade é a marca mais profunda do Antropoceno” (KRENAK, 2019, p. 31).

Nas sociedades em que o Estado não tem mais o controle do que se pode consumir, as pessoas sentem uma suposta liberdade para escolher como querem viver de acordo com a renda que possuem. Essa sensação de liberdade é também sentida graças ao individualismo crescente na população, que pode se identificar com diversos estilos de vida e experimentá-los pela satisfação de seus desejos. As mudanças ocorridas nesse período foram cruciais para uma nova forma de hierarquização de poderes.

A construção da identidade dentro das sociedades de consumo tornou-se uma ação individual. De tal modo, o que antes fora definido pela nacionalidade, família e religião, se abre em um grande leque de escolhas. Com a presença da moda, nos identificamos cada vez mais com as milhares de referências que recebemos a cada dia. O mercado passa a ocupar o espaço outrora ocupado pelo Estado. A globalização dos meios de comunicação e consumo são responsáveis por uma lógica sociocomunicacional da identidade, necessária para a compreensão da mesma.

Mesmo com um leque crescente de opções com as quais podemos nos reconhecer e construir a identidade, essas escolhas estão cerceadas por instituições e hierarquização do poder. Até essa construção passa por uma tentativa de padronização por meio dessas instituições, que corroboram para a supremacia do poder hegemônico e a padronização de uma narrativa baseada em opressões históricas.

Entender sobre como se estabelece a identidade é um aspecto fundamental de ser explorado com clareza, “nas sociedade pré moderna, a identidade não era uma questão problemática e não estava sujeita à reflexão ou discussão” (KELLNER, 2001, p.295), pois elas eram fixadas ao indivíduo por toda sua vida. O papel que a pessoa desempenhava na sociedade era pré definido por um sistema de mitos, muitas vezes com viés religioso, e não se alterava ao longo de toda sua vida.

A criação da identidade pessoal é chamada de “processos de singularização” e esse processo engloba “modos de sensibilidade, modos de relação com o outro, modos de produção, modos de criatividade que produzam uma subjetividade singular” (GUATTARI E ROLNIK, 1996, p.17), ou seja, uma identidade com meios próprios de encarar o mundo. Alguns autores, segundo Kellner (2001), concebem a identidade a partir do reconhecimento do outro. Isto é, para se reconhecer pela própria identidade, é necessário que o outro a reconheça. Também é possível entender a formação da identidade como “um conceito de referenciação, de circunscrição da realidade e quadros de referências, quadros esses que podem ser imaginários” (GUATTARI E ROLNIK, 1996, p.68).

A modernidade ofertou aos indivíduos diversas identidades nas quais ele pode se reconhecer e adotar para sua existência. Mas mesmo com a variedade de referências elas ainda são, de certa forma, “fixas e limitadas, embora os limites para identidades possíveis e novas estejam em contínua expansão” (KELLNER, 2001, p. 296). O referencial para elas está inserido não apenas naquilo em que a pessoa se reconhece, mas também em “estruturas de interações com papéis, normas, costumes e expectativas socialmente definidos e disponíveis; precisamos escolhê-los e reproduzi-los para obtermos identidade num processo complexo de reconhecimento mútuo” (KELLNER, 2001, p. 296).

Já os autores que discutem a questão da identidade na pós-modernidade acreditam que os indivíduos se tornam fragmentados, instáveis e frágeis. Para esses autores, segundo Kellner (2001), os processos sociais desestabilizam-na, e que na verdade, ela é uma construção cultural, não havendo um “sujeito substancial”. A subjetividade do tempo que chamamos aqui de pós modernidade nada mais é do que “o predomínio da ação espetacular sobre formas mais

reflexivas e íntimas de narração, o fascínio por um presente sem memória e a redução das diferenças entre sociedades a um multiculturalismo padronizado” (CANCLINI, 1990, p.40).

Nos textos de Canclini (1990, p. 39) há a argumentação sobre como a identidade é entendida como “o foco de um repertório fragmentado e de mini papéis mais do que como o núcleo de uma hipotética interioridade”. E também sobre como elas “operam mediante a produção industrial de cultura, sua comunicação tecnológica e pelo consumo diferido e segmentado de bens” (CANCLINI, 1990, p. 35).

Enquanto Guattari e Rolnik (1996) articulou a ligação entre a esfera do inconsciente com a das políticas afirmando que

Tudo o que é produzido pela subjetivação capitalística - tudo o que nos chega pela linguagem, pela família e pelos equipamentos que nos rodeiam - não é apenas uma questão de ideia, não é apenas uma transmissão de significações por meio de enunciados significantes. Tampouco se reduz a modelos de identidade, ou a identificações com polos maternos, paternos, etc. Trata-se de sistemas de conexão direta entre as grandes máquinas produtivas, as grandes máquinas de controle social, e as instâncias psíquicas que definem a maneira de perceber o mundo. (GUATTARI E ROLNIK, 1996, p. 27)

As identidades por mais relevantes que sejam para a subjetivação própria do indivíduo, como uma maneira única de se relacionar com seu entorno, são afetadas por “relações sociais, econômicas, maquínicas, de ela ser aberta a todas as determinações sócio-antropológicas, econômicas, etc.” (GUATTARI E ROLNIK, 1996, p. 68)

A mudança da sociedade e suas formas de organização e produção, já fizeram com que as culturas nacionais e o poder do estado fosse reduzido, muitos dos produtores de subjetividade, atualmente, não são pessoas ou instituições políticas, mas grandes empresas transnacionais, que entram na sociedade por meio do consumo e da produção cultural.

A conjunção das tendências desreguladoras e privatizantes com a concentração transnacional das empresas diminuiu as vozes públicas, tanto na “alta-cultura” como na popular. Esta reestruturação das práticas econômicas e culturais leva a uma concentração hermética das decisões em elites tecnológicas-econômicas e gera um novo regime de exclusão das maiorias incorporadas como clientes. (CANCLINI, 1990, p.29).

O consumo contemporâneo também é caracterizado pela presença da moda e da rapidez que elimina as formas tradicionais de consumir determinados produtos. “Como tal ela rejeita o poder imemorial da tradição (a pátina) em favor da celebração do presente social, do mundo da vida cotidiana, do aqui e do agora.” (BARBOSA, 2004, p.25). Nas sociedades atuais em que tudo se torna discurso e propaganda, tenta-se padronizar os estilos de vida por meio do consumo.

“Pela imposição da concepção neoliberal da globalização, para a qual os direitos são desiguais, as novidades modernas aparecem para a maioria apenas como objeto de consumo, e para muitos apenas como espetáculo” (CANCLINI, 1990, p.30). Essa reestruturação da sociedade em volta das condições de produção trouxe consigo diversas complicações sociais, políticas e ambientais. O projeto de levar um estilo de vida a toda a humanidade se perde quando vemos países periféricos com minorias sendo excluídas dos direitos humanos básicos.

1.1 Alimentação e cultura

Por muito tempo os estudos sobre a alimentação foram deixados de lado no campo das ciências sociais, por conta do viés biológico intrínseco ao assunto. Marcada por discussões interdisciplinares, a alimentação é ao mesmo tempo vista como um campo de debate social, biológico e psicológico, tendo em vista que ela participa ativamente de fenômenos sociais, construção de identidades e o processo cíclico do corpo e da natureza.

A antropologia, em seu início, apontou para um estudo do homem de forma integrada. Em 1799, na França, um grupo de médicos, naturalistas, historiadores e geógrafos se reuniu para desenvolver um manual sobre como observar os povos selvagens. Entretanto, alguns anos mais tarde, as teorias de Darwin e Lamarck instalaram uma visão evolucionista na antropologia física, que acabou debatendo-se “com dificuldades científicas na sua pretensão de explicar a diversidade humana e alimentou certas derivações políticas que acompanharam e justificaram os aspectos mais obscuros do colonialismo, derivações políticas que alcançaram seu paroxismo no racismo político” (POULAIN E PROENÇA, 2003, p. 248).

Os pesquisadores da antropologia se viram presos pelos aspectos anatômicos e romperam com os mesmos, tornando-a, sobretudo, cultural. Essa divisão dificultou o desenvolvimento de pesquisas sobre a alimentação, uma vez que a mesma está associada a questões fisiológicas, que já não eram mais o enfoque da antropologia.

A partir dos anos 60, o estudo da genética apresentou uma nova forma de ver o homem, com bases científicas ele foi mostrado como uma única espécie com variações genéticas. Com base nisso, começa-se a pesquisar a cultura como modelo para o biológico. Focando na pluridisciplinaridade, foi publicado o livro *Le paradigme perdu: la nature humaine* (O paradigma perdido: a natureza humana), no qual se afirma:

Nossas atividades biológicas mais elementares, o comer, o beber, o defecar, são estreitamente ligadas a normas, interdições, valores, símbolos, mitos, ritos, quer dizer, aquilo que há de mais especificamente cultural! E podemos, aqui, compreender que é este sistema único, federativamente integrado, fortemente

intercomunicante do cérebro de sapiens, que permite a integração federativa ou biológica, do cultural, do espiritual (elementos, por sua vez, complementares, concorrentes, antagonistas, nos quais os degraus de integração serão muito diferentes de acordo com os indivíduos, as culturas, os momentos), em um único sistema bio-psico-sócio-cultural. (EDGAR MORIN, 1973, p. 146, apud POULAIN E PROENÇA, 2003, p. 249)

A criação do conceito de espaço social alimentar foi desenvolvido nos anos oitenta e relaciona aspectos sociais, biológicos e ecológicos, englobando todas as ações e agentes envolvidos na alimentação. Nesse ambiente ocorrem trocas simbólicas, elementos que se associam para expressar relações de poder entre os agentes. Um ato da esfera privada passa a implicar poderes de âmbito público, escolhas cotidianas passam a ser pensadas de acordo com valores e visões de mundo. Nesse sentido, a alimentação se torna uma força estrutural e estruturante.

Jean Pierre Poulain (2003) discutiu e aperfeiçoou o conceito de espaço social alimentar em diversos de seus textos afirmando que a alimentação é condicionada bio e ecologicamente. Por um lado pela necessidade de se alimentar e pelo status de onívoro, por outro pelas características ecológicas do ambiente em que está inserido, que tendo em vista a sociedade pós moderna e seus pólos industrializados, está cada vez mais sob controle tecnológico do que natural. O autor descreve o espaço social alimentar como “um objeto sociológico total no sentido Maussiniano do termo; quer dizer que “coloca em movimento” [...] a totalidade da sociedade e de suas instituições” (MAUSS, 1980, apud POULAIN E PROENÇA, 2003, p.7).

A alimentação pode ser vista como um objeto sociológico total, pois ela anda lado a lado com a formação da cultura. “comer é mais do que um ato de sobrevivência; é também um comportamento simbólico e cultural.” (LIMA et al. 2015, p. 509). O ser humano desde suas primeiras experiências na Terra precisa se alimentar, portanto, os hábitos alimentares foram se modificando junto a humanidade, que por sua vez se modificaram devido aos seus atos alimentares. Câmara Cascudo, importante pesquisador da história da alimentação, afirma que é “inútil pensar que o alimento contenha apenas os elementos indispensáveis à nutrição. Contém substâncias imponderáveis e decisivas para o espírito, alegria, disposição criadora, bom humor” (CÂMARA CASCUDO, 2004, p. 348 apud LIMA et al. 2015, p. 511).

A própria palavra ‘cultura’ é derivada do verbo latino *colere*, ou ‘cultivar’, que entre os séculos XII-XV significava ‘um campo arado’. Em tempos posteriores ‘cultura’ adquiriu um sentido mais específico, indicando um processo de procriação e refinamento progressivo na domesticação de um determinado cultivo, ou mesmo o resultado ou incremento de tal processo.” (WAGNER, 2010 p.54).

Alguns autores discutem sobre a importância do fogo para o desenvolvimento, não apenas biológico do ser humano, como também cultural. Já que a partir do momento em que os homens começam a cozinhar seu alimento, eles passam a ter outra relação com a natureza, instituindo assim a cultura. Lévi-Strauss ainda eleva a comida ao status de linguagem universal “assim como não existe sociedade sem linguagem, não existe nenhuma que, de um modo ou de outro, não cozinhe pelo menos alguns de seus alimentos” (LÉVI-STRAUSS, 1968, p. 25 apud LIMA et al. 2015, p. 511).

Segundo Lima (2015), outros autores também discutem como o fogo moldou nossa cultura, como Wrangham, que afirma que o fogo foi responsável pela dependência da natureza como combustível e que o cozimento do alimento não é algo necessário, mas foi tido como uma forma de separação entre os homens dos animais, numa reafirmação de sua superioridade, mesmo não desconsiderando a ingestão de alimentos crus como culturais, já que apenas o movimento de definir algo como comestível ou não já é uma escolha cultural.

Além do cozimento dos alimentos, o fogo também propiciou novas formas de sociabilidades, já que ao redor das fogueiras se instituem locais em que se cozinava e se comia em grupo. Todos os participantes do grupo se reuniam após um dia de caça para se aquecer ao redor da fogueira e para se alimentar, criando um momento de comensalidade.

“A comensalidade é percebida como um elemento ‘fundador’ da civilização humana em seu processo de criação” (FLANDRIN E MONTANARI, 1998 p. 109 apud LIMA et al. 2015, p. 514), ou seja, independente do desenvolvimento das sociedades atuais, sabemos que a base para todas elas se instaurou na comensalidade, tida como o ato de socialização decorrente da alimentação. A partir do fogo e da comensalidade nasce a organização social e as novas formas de viver e de se alimentar.

Muitas mudanças ocorreram desde os primeiros contatos com o fogo até os dias atuais, mas uma coisa permaneceu constante, a necessidade da alimentação, que foi, também, passando por mudanças e acompanhando os estilos de vida das sociedades. A alimentação é uma agente de mudanças sociais enquanto também é alterada segundo elas. A globalização a alterou com uma tendência homogeneizadora.

O fenômeno da homogeneização do consumo em uma sociedade massificada; a persistência de um consumo diferencial e socialmente desigual; o incremento da oferta personalizada (pós-fordista, nos termos dos autores), avaliada pela criação de novos estilos de vida comuns, e finalmente o incremento de uma individualização alimentar, causada pela crescente ansiedade do comensal contemporâneo. (ARNAIZ, 2005, p.148 apud LIMA et al. 2015, p. 519)

As mudanças na alimentação não suscitam apenas em alguns aspectos da sociedade, mas nela como um todo, afetando os modos de produção cultural e material. O atual contexto alimentar mundial “aponta para um padrão de engajamento relacionado às lutas sobre como queremos viver, como indivíduos e como humanidade” (PORTILHO, CASTAÑEDA E CASTRO, 2010, p.4). Em que a escolha do que se come é feita baseada na relação entre as ações e seus impactos. A variedade de alimentos que nos é oferecida se relaciona com a forma como nossa sociedade vem sendo significada.

Ao mudar a significação do alimento podemos começar a entender sobre seus impactos nas estruturas culturais e perceber isso pela análise das questões sociais que se conectam de alguma forma com a produção alimentar atual.

2. COMEMOS O QUE SOMOS

As questões socioambientais causadas pelo sistema de produção alimentar atual não serão resolvidas sem uma mudança estrutural da subjetivação. Existe um condicionamento de como se vê o mundo, separando os humanos da natureza, como se nós mesmos não fôssemos natureza, esse pensamento vem desde as primeiras conceituações de cultura. Ailton Krenak (2019) critica essa visão antropocêntrica do mundo, pois é dela que a exploração deriva. A ideia de que, por qualquer motivo, somos melhores ou diferentes do resto da natureza, sem considerá-la parte da humanidade, dá passe livre para usá-la como bem se entende, caminhando para a exploração dos “recursos” naturais.

“Recursos” assim, entre aspas, pois é a visão antropocena da natureza, apenas recursos que precisam ser manejados para uso. Mas diversos teóricos já exploram outras abordagens sobre a natureza, outros jeitos de significar o mundo e nosso lugar nele. Krenak (2019) aponta à ideia de humanidade como culpada por diversas desigualdades, já que essa humanidade não abrange a todos e é homogeneizada, pois “suprime a diversidade, nega a pluralidade das formas de vida, de existência e de hábitos. Oferece o mesmo cardápio, o mesmo figurino e, se possível, a mesma língua para todo mundo” (KRENAK, 2019, p.13).

Alberto Acosta (2016, p.15) propõe um modo de vida mais sustentável e equilibrado, retornando a valores de comunidades indígenas, abdicando do modo de vida consumista que contribui para o desenvolvimento das desigualdades. Acosta (2016) faz uma crítica à procura desenfreada pelo desenvolvimento, que se iniciou no século 19. Foi essa busca que despertou a forma como produzimos e consumimos atualmente. Descendente da concepção de civilização que teve início nas grandes navegações que levaram à exploração das terras e povos da América Latina, Ásia e África, que foram justificadas pela disseminação do estilo de vida europeu para esses povos.

Com o estilo de vida semeado, foi preciso uma nova forma de fazer esses povos darem continuidade à essa busca por crescimento, foi então que o conceito de desenvolvimento ganhou espaço. O conceito que conhecemos hoje leva em consideração o consumo e desenvolvimento econômico como base para o desenvolvimento da sociedade. Quanto mais se produz e se consome, mais se explora, mais se enriquece, mais desenvolvido é o povo, dentro de um sistema capitalista. Essa visão é contraposta por diversos teóricos atuais, que apontam as falhas desse tipo de desenvolvimento, que é impossível de ser alcançado e aproveitado por todos.

No documentário em que se reúne alguns dos relatos de Lévi-Strauss há críticas ao modo como as sociedades se desenvolveram, afirmando que estávamos sendo “Expropriados de nossa cultura, despojados dos valores que prezávamos - pureza, da água e do ar, graças da natureza, diversidade de espécies animais e vegetais -, todos nós índios agora, estamos fazendo conosco o que fizemos com eles” (TV SENADO, 2005). A constante busca pelo desenvolvimento já causou o genocídio de diversas culturas e sociedades ao redor do mundo e continua causando até hoje, apenas mudando seus alvos ao mesmo tempo que desgasta a natureza e qualquer forma de vida que seja diferente da ordem hegemônica e do que se considera valioso dentro do sistema capitalista.

Exemplo de brecha desse desenvolvimento desenfreado são as atuais crises econômicas, ambientais e sociais que acometem o mundo. Dessas falhas surgiram novas teorias do desenvolvimento buscando a solução para os problemas causados por esse modo de vida, mas sem se desamarrar totalmente dele, como os conceitos de desenvolvimento humano e sustentável, que nada mais são do que uma forma de perpetuar esse estilo de vida, buscando algumas alterações. Acosta (2016) e Krenak (2019) refutam essas idéias. Para ambos, é necessário o fim da era pós-moderna e da procura pelo desenvolvimento.

Há a necessidade de “refletir sobre o mito da sustentabilidade, inventado pelas corporações para justificar o assalto que fazem à nossa ideia de natureza” (KRENAK, 2019, p.10), e repensar “a tarefa radica no conhecimento das verdadeiras dimensões da sustentabilidade e em assumir a capacidade da Natureza de suportar perturbações –que não podem subordinar-se a demandas antropocêntricas” (ACOSTA, 2016, p.119). Assim sendo, o foco não é em buscar novas formas de fazer o que estamos fazendo, mas uma subversão total das formas de produção (material e subjetiva) “Urge superar as visões simplistas que transformaram o economicismo em eixo da sociedade. Precisamos outras formas de organização social e novas práticas políticas.” (ACOSTA, 2016, p. 20).

É preciso mudar a significação da natureza e da humanidade, rompendo o dualismo entre cultural e natural. Chegou-se a um ponto em que se a busca por esse inalcançável progresso continuar, acabaremos com a natureza e com a diversidade de espécies e culturas existentes no mundo. É necessário voltar às raízes e descobrir novas formas de sociedade e de convívio harmônico.

Esse pensamento se faz mais do que essencial tendo em vista o momento de crise que passamos enfrentando a nova pandemia do covid-19, que está intrinsecamente ligada a era do Antropoceno, que acarretou “o desmatamento, o aumento das trocas transcontinentais, a circulação de homens no globo, a disseminação de monoculturas (vegetais e animais), a

intensificação das relações entre humanos e outras espécies, sobretudo selvagens, cujo habitat é invadido pelos humanos...” (CASTRO, 2020, p.5) e assim facilitou a propagação de pandemias. Para Castro (2020), o Antropoceno é um fato social total no sentido do termo Maussiniano, movimentando todas as estruturas da sociedade, tal qual a alimentação. O vírus afetou a vida da população mundial, os relacionamentos, a produção e o consumo.

Bruno Latour (2020) traz à luz da discussão novos modos de viver pós-crise. Ele propõe que vejamos nela uma nova forma de reorganizarmos as formas de produção. Já foi possível “suspender em todo mundo e ao mesmo tempo, um sistema econômico que até agora nos diziam impossível desacelerar ou redirecionar” (LATOURE, 2020, p.1). A globalização e as formas de produção capitalistas não conseguirão conciliar a busca pelo desenvolvimento econômico eterno com os diversos âmbitos do planeta que são prejudicados no caminho (LATOURE, 2020).

Refletindo sobre o desenvolvimento que tanto se persegue é possível perceber que poucos aspectos (se nenhum) são sustentáveis e que muito precisam ser repensados, reconstruídos ou descartados. As formas como lidamos com o mundo e com a natureza é mediada, principalmente pela necessidade de se alimentar a população mundial e portanto entender como a alimentação entra em pautas políticas e como é seu consumo e produção ajudará a refletir sobre como o futuro dessa relação pode ser.

2.1 Alimentação é política

O processo de entrada da alimentação nas discussões sociais trouxe para a vida privada assuntos que até então só eram discutidos em âmbito público. A mesa da cozinha se torna um lugar de reflexões acerca da globalização, liberalismo, ecologia, consumo, movimentos de classes entre outras pautas contemporâneas.

O fazer política nas sociedades atuais não depende apenas de instituições e burocracias, e sim de atos individuais e coletivos em esferas menores. Uma política estabelecida “em práticas sociais, discursos, controvérsias e convenções” (PORTILHO; et.al., 2010, p.2) não pode ser compreendida com uma visão institucionalizada. Existem conexões e subjetividades que precisam ser exploradas para se entender a completude do processo.

O engajamento político por meio da alimentação a relaciona com diferentes aspectos da sociedade. Desde a produção, distribuição, comercialização e preparo existem trocas simbólicas, são essas relações definidoras de como os alimentos são significados nesse sistema. Essa politização da alimentação ocorreu brandamente a partir da década de 60

pautada por temas como fome e segurança alimentar e nutricional. Com o passar dos anos, na década de 90, com as novas tecnologias, a globalização e o crescimento populacional, e conseqüentemente da produção alimentar mundial, as pautas começaram a aparecer na mídia e em debates públicos, ganhando novas angulações com preocupações acerca da alimentação.

É nessa análise político-social que exploramos os impactos do que se come. É necessário refletir e estar atento às suas escolhas buscando uma solução individual para as políticas, tomando o controle de suas práticas de consumo, segundo Portilho, Castañeda e Castro (2010). O consumo político surge da ideia de refletir valores e ideais em escolhas pessoais. É preciso perceber que a estabilidade e a tecnização da produção alimentar deixou os seres humanos vulneráveis ao controle por meio de grandes estruturas de poder. Porém não apenas as ações individuais que são responsáveis por uma mudança, é preciso pensar também no papel da educação, dos movimentos sociais e da mídia para uma mudança da significação da alimentação e de todos os seus processos.

Para realizar essa análise cultural em perspectiva com a alimentação, é preciso entender o contexto atual da alimentação, principalmente no Brasil. Por isso, discutiremos algumas pautas importantes para entender as relações que se desenvolvem no cenário alimentar brasileiro. A alimentação é cercada de assuntos que se conectam às grandes estruturas de poder e significação, portanto os assuntos propostos foram escolhidos pela importância da discussão nos dias atuais e pela relevância e frequência em que apareceram nas pesquisas feitas para o desenvolvimento deste trabalho. São problemas enfrentados no cotidiano de muitas pessoas, temas que afetam a todos de alguma forma. Buscaremos, também, expor algumas teorias que tentam lidar com esses problemas e buscam uma solução para as dificuldades ocasionadas pelo sistema de produção atual.

Os impactos do processo alimentar ocorrem nos campos social, ambiental e econômico. Essas três áreas estão constantemente em discussão, já que dispõem de diferentes perspectivas sobre como o desenvolvimento da sociedade deve ocorrer. A alimentação é um dos pontos de divergência pois, a partir dela podem-se iniciar discussões sobre mazelas sociais, o impacto ambiental do sistema agroalimentar vigente, a relação entre os governos e os monopólios alimentares, entre muitos outros. Para estudar a relação das políticas socioambientais e econômicas com a alimentação deve-se traçar uma linha inicial do que se valoriza enquanto sociedade e o que se acredita ter efeitos benéficos para todos.

Começo com o tema mais recorrente sobre alimentação, neste caso, a falta dela. A fome e a desnutrição são temas, que mesmo antes da politização da alimentação, já eram discutidos, pois estão diretamente ligados a espaços governamentais e pedem uma solução

complexa, que engloba não só a alimentação, como muitos fatores de desigualdades sociais, desenvolvida, principalmente, pelo Estado. A má distribuição de alimentos e a retirada da autonomia de certos povos para cultivar sua própria comida deixa muitas comunidades lutando pela alimentação dia após dia.

A fome, não diferente da alimentação, é cerceada pela multidisciplinaridade. Não só uma questão biológica de falta de nutrientes, ela está diretamente ligada ao direito humano à alimentação. Direito que tem sido constantemente negado a milhares de pessoas ao redor do mundo, pois para combatê-la é preciso desenvolver políticas públicas que abracem outras questões sociais diretamente ligadas ao problema.

A fome ocorre não apenas pela falta de alimento decorrente de problemas na produção ou crises climáticas, mas também por conta da distribuição alimentar. A produção e a distribuição estão relacionadas com as desigualdades sociais que afetaram todos os tempos. Em 1878 um dos primeiros estudos sobre o contexto que as crises de fome se inseriram foi feito por Corneliu Walford e apresentado à sociedade estatística de Londres.

Desde então, tem havido muitos estudos sobre fomes regionais e crises alimentares, relações entre as crises agrícolas, os preços e as rendas, assim como descrições do desenvolvimento das fomes localizadas, apontando para correlações entre preços de cereais, especialmente do milho, e taxas de nascimentos e mortes, indicando relações diretas entre o tipo de alimentação e os índices de fertilidade e de mortalidade, de emigrações e de epidemias.(CARNEIRO, 2013, p.29)

O problema da distribuição alimentar se evidenciou mais no final do século XX, quando atingiu-se a maior quantidade de produção agrícola da história “tendo crescido, ao longo do século XX, em índices superiores ao crescimento populacional, refutando na prática as previsões malthusianas que tanto impacto produziram no século XIX” (CARNEIRO, 2013, p.32). Esse crescimento poderia ser usado em prol da população mundial, com os estoques sendo distribuídos globalmente para as populações que passam por fomes endêmicas. Porém o modo de produção capitalista, como apresentou Marx, depende de uma organização de opressão de classes, e portanto cria “um excedente relativo de força de trabalho, um "exército industrial de reserva", condenado ao desemprego ou subemprego, a baixos salários, condições de vida miseráveis e fome persistente.” (CARNEIRO, 2013, p.32).

A fome, portanto, de acordo com diversas abordagens é causada não pela indisponibilidade de alimentos, mas pela impossibilidade de adquirir tais alimentos por falta de capital. Outro fator decisório para manter essa estrutura é

o controle do mercado mundial pelas grandes multinacionais (Cargill, Nestlé etc.) cuja estratégia básica é ampliar seus lucros, manipulando as cotações internacionais dos preços e opondo-se ao estabelecimento de estoques internacionais reguladores de preços em mãos de organismos estatais para assistência de populações famintas. (CARNEIRO, 2013, p. 33).

Falar sobre a fome é também lembrar que reduzi-la à dimensão econômica “representa submeter integralmente o processo alimentar às leis do mercado onde o alimento comparece como mercadoria e o ser humano como consumidor” (VALENTE, 2003, p.7) e não é esta a proposta deste trabalho. Mesmo reconhecendo a alimentação como uma forma de consumo é necessário lembrar que dentro de um sistema em que as desigualdades são cada vez maiores não podemos nos ater somente a questões econômicas e sim na interdisciplinaridade para resolver problemas em sua completude ambiental e social.

Sob a visão dos Direitos Humanos podemos conceber a completude do problema. Na Declaração Universal dos Direitos Humanos (ONU, 1948) e no artigo 11 do Pacto Internacional dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais (ONU, 1966) estão descritas as especificidades para o combate à fome e como ele deve ser mantido e sustentado pelo governo. Esse direito é constituído por diversas cláusulas, o direito de garantir bem-estar para si e para a família (inclusive em casos de doenças, crises e circunstâncias fora de seu controle); o dever do estados de adotar métodos de produção, conservação e distribuição analisando as técnicas e estudos existentes; a divulgação de informações sobre alimentação e nutrição; reformas agrárias que visem eficácia no uso do meio ambiente.

Em uma versão atualizada deste documento fica clara a indissociação da fome da justiça social, “requerendo a adoção de políticas econômicas, ambientais e sociais, tanto no âmbito nacional como internacional, orientadas para a erradicação da pobreza e a realização de todos os direitos humanos para todos...” (CDESC, 1999 apud VALENTE, 2003, p.4).

Com o direito humano à alimentação em mente podemos ainda associar tópicos como promoção da diversidade de alimentos culturalmente aceitos na dieta, disseminação de informações sobre alimentação para que cada um possa escolher conscientemente do que se alimentar e também proteção contra contaminação por substâncias nocivas.

Segundo Valente (2003), a alimentação não está somente ligada à cultura de cada povo, mas também é um reflexo da riqueza da construção das relações sociais. Pela sua grande importância em numerosos aspectos da vida, a alimentação, se não tratada com seu devido valor, se torna a porta de entrada de muitos riscos na vida privada.

Assim como a fome, a segurança alimentar está imbricada com a saúde da população. Mas o segundo caso leva em consideração também a ingestão de alimentos saudáveis,

prevalecendo a saúde “como produto de um amplo espectro de fatores – ambientais, físico, social, político, econômico e cultural – relacionados com a qualidade de vida” (AZEVEDO, PELICIONI, 2011, p. 2). Temos aqui a alimentação como um fator fundamental na promoção da saúde integrada, sendo a nutrição uma das principais formas de prevenção de doenças, por isso a importância de se debater publicamente a questão da segurança alimentar.

A segurança alimentar é definida pelo Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA) como

o direito de todos ao acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, tendo como base práticas promotoras de saúde, que respeitem a diversidade cultural e que sejam social, econômica e ambientalmente sustentáveis (CONSEA, 2007 apud AZEVEDO, PELICIONI, 2011, p. 7).

A partir da revolução industrial e do êxodo rural decorrente da mesma, a produção alimentícia se potencializou, assim como as técnicas agrícolas. Esse crescimento repentino levou a mudanças no estilo de vida das populações, tanto a presente nos centros urbanos como as rurais. O modo de vida capitalista de acumulação instituído desde então, se baseou “na desterritorialização de amplas camadas sociais antes vinculadas à agricultura, transformando-as em marginais.” (CARNEIRO, 2013, p.36).

A revolução industrial foi de extrema importância para o desenvolvimento de outras formas de produção e distribuição alimentar, já que surgiram novas tecnologias e métodos de armazenamento e preparo da comida. Porém apenas os países responsáveis pela produção tecnológica foram beneficiados com tais mudanças “pôde-se verificar, no início do século XX, um salto significativo na melhoria da nutrição média das populações de diversos países, particularmente daqueles que desenvolveram a mecanização da produção e distribuição agrícola” (CARNEIRO, 2013, p. 33). Entretanto, os países de terceiro mundo se tornaram grandes campos de monocultura e commodities para a exportação, deixando o controle da produção no seu território na mão de grandes transnacionais e fomentando a economia de outros países enquanto seus habitantes enfrentam a miséria e a fome.

No balanço dos dois últimos séculos da época contemporânea, verificamos que o regime alimentar não se aperfeiçoou de maneira contínua. Na Europa, obteve-se um relativo bem-estar somente a partir da segunda metade do século XIX, enquanto nos países pobres, especialmente da África, as condições de vida declinaram no último quarto do século XX. (CARNEIRO, 2013, p.34)

Nos centro urbanos a alimentação se distanciava cada vez mais da produção de alimentos caseiros, com o aumento dos processados. No meio rural muitos trabalhadores perderam seus empregos, terras e meio de existência.

Tais mudanças no padrão produtivo afetam de imediato a qualidade de vida da população, de modo que Virchow (apud McNeely, 2002) já sinalizava, em 1848, a necessidade de reforma agrária, o fortalecimento de cooperativas e o desenvolvimento rural como práticas que interferiam diretamente na melhoria da saúde da população. (AZEVEDO E PELICIONI, 2011, p.4)

Percebe-se que há desigualdades globais, quando “na Europa, nos Estados Unidos e no Japão desenvolveram-se, a partir do final da Segunda Guerra Mundial, sociedades de abundância e segurança alimentar plena, onde o fantasma da fome praticamente desapareceu”, por conta das novidades tecnológicas e de reivindicações sociais. Enquanto

Nos países periféricos, contudo, a integração das suas economias ao mercado mundial resultou em especializações de monocultivos, crises de fome, depreciação dos preços dos produtos tropicais de exportação e dependência estrutural do hemisfério sul aos mecanismos políticos, comerciais e financeiros que beneficiam os oligopólios internacionais. (CARNEIRO, 2013, p.38)

A segurança alimentar e as mudanças no estilo de vida começam a ser uma preocupação dentro desse sistema de produção agroalimentar. O desenvolvimento de doenças não transmissíveis, a contaminação das águas, do solo e da própria comida por meio de agrotóxicos e produtos químicos são algumas das preocupações que envolvem esse modo moderno de produção, que afasta as pessoas da origem de sua comida, aumentando a oferta de produtos cada vez mais industrializados e processados e dificultando a chegada de produtos naturais a mesa das pessoas.

Ter uma alimentação saudável é cada dia mais difícil e requer extensa pesquisa, pois as grandes empresas se aproveitam da pouca fiscalização governamental e do marketing para oferecer produtos com ingredientes mascarados, muitas vezes cheios de aditivos e conservantes, além de não se saber sua verdadeira origem. Podemos dizer que a dificuldade de se estabelecer uma alimentação consciente e saudável se dá pelas grandes quantidades de alimentos disponíveis por conta de uma superprodução alimentar; pela falta de controles sociais, que afastou as pessoas da natureza, quebrando sua relação com o meio ambiente que fornece o alimento sem a necessidade de grandes corporações e; pela grande quantidade de informações distorcidas e variadas sobre alimentação, originadas de pesquisas, marketing, conhecimento popular e outros, que por serem controversas podem confundir o consumidor que acaba sem saber o que realmente está comendo.

“A Revista Superinteressante (2013) mostra que ‘o País ainda é o principal destino de agrotóxicos barrados no exterior’ e revela que, entre 1999 e 2009, foram registrados 62 mil intoxicações por agrotóxicos no Brasil – uma média de 15,5 por dia” (GALINDO E

PORTILHO, 2015). O crescimento desse número nas últimas décadas tem alertado diversos movimentos ambientais que lutam pela revogação do uso de tais substâncias.

Segundo Galindo e Portilho (2015), os agrotóxicos causam intoxicação por diferentes formas, a principal delas responsável por 80% das contaminação é pelo manuseio de tais substâncias, assolando trabalhadores rurais que muitas vezes são expulsos de suas propriedades e se encontram a mercê do trabalho em grandes monoculturas que fazem uso dos agrotóxicos. Além disso, esses produtos também contaminam o solo e a água, apresentando risco para as pessoas e animais que possam ter contato, e por fim os agrotóxicos também oferecem riscos por meio da via alimentar, se não usados corretamente, esse tipo de intoxicação é menos comum e é a que mais atinge as regiões urbanas.

Em pesquisa realizada pelo Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor, 1824 pessoas morreram de 2007 a 2017 por contaminação por agrotóxicos e 718 pessoas tiveram sequelas pela contaminação (FREITAS, 2018, p.6). Essa mesma pesquisa também apresentou dados sobre a contaminação dos solo e da água por agrotóxico nas cinco regiões do Brasil, “além de artigos científicos que demonstram a presença de agrotóxicos em água para o consumo humano, poços subterrâneos, sedimento de lagoas e em amostras de ar e chuva coletados em pátios de escolas” (FREITAS, 2018, p.9). Os agrotóxicos são absorvidos pelos alimentos, não se concentrando apenas na casa, impedindo que a higienização afaste o consumidor do risco, as análises da Agência Nacional de Vigilância Sanitária “revelam a presença de resíduos de agrotóxicos em aproximadamente 60% das amostras, e irregularidades em 30%” (FREITAS, 2018, p.8), além de serem identificados mais de um tipo de agrotóxico em alguns alimentos. O uso desses produtos é aprovado mesmo sabendo que as pesquisas que devem assegurar sua eficiência e segurança são realizadas em testes laboratoriais com animais e patrocinadas pelos próprios fabricantes.

Além de projetos de lei que possibilitam a comercialização e o uso desses produtos, o governo brasileiro também possui incentivos fiscais que barateiam tais substâncias

como a isenção do IPI (Imposto sobre Produtos Industrializados) e do ICMS (Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços), em alguns estados. Apenas em 2017, o governo brasileiro abriu mão de R\$ 1,3 bilhões com essas medidas, valor que poderia ser utilizado para incentivar a produção e consumo de alimentos orgânicos e agroecológicos. É importante dizer também que a maior parte desses produtos cultivados com esses benefícios não chegam à nossa mesa. Na verdade, eles fazem parte das *commodities* agrícolas para exportação, como soja, milho e algodão. (FREITAS, 2018, p. 14).

Os agrotóxicos são muito utilizados para aumentar a produtividade das colheitas de OGMs (Organismos geneticamente modificados), os alimentos transgênicos. Tais alimentos

também são alvos de dúvidas, visto que não se tem pesquisas científicas que comprovem a segurança desses alimentos a longo prazo. “O escasso número de estudos sobre o tema dos transgênicos evidencia a polêmica sobre a adoção e a liberação dessa biotecnologia, bem como a incerteza de seus efeitos sobre a saúde humana e ambiental e a ausência de dados experimentais” (AZEVEDO E PELICIONI, 2011, p.6).

A Comissão Brasileira de Biossegurança (CTNBio) aprovou a Resolução Normativa nº24, liberando a comercialização e o monitoramento dos produtos geneticamente modificados, pelas próprias empresas produtoras (BRASIL, 2020b). Ou seja, no Brasil, mesmo sem consenso científico sobre os possíveis danos à saúde e ao meio ambiente, esses produtos continuam sendo produzidos e comercializados com o aval do órgão que, em tese, deveria fiscalizar seu uso e os males decorrentes.

A transgenia é usada em alimentos como o milho e a soja e foi desenvolvida para potencializar as plantações e diminuir o uso de agrotóxicos nas mesmas, mas isso não ocorre, “um estudo de monitoramento realizado no Brasil entre 2000 e 2012 mostrou que houve um aumento de 1,6 vezes de uso de venenos em plantações de OGMs dentro do período [...] O aumento chegou a três vezes e não teve correlação com aumento da produtividade na mesma proporção.” (IDEC, 2018, p. 10). Pouco se fala no Brasil sobre os alimentos transgênicos, a pauta é discutida em artigos científicos e entre grupos de movimentos ambientais e alimentares, mas não alcançou ainda a grande mídia e a população, impossibilitando que muitas pessoas tenham acesso às informações necessárias para se estabelecer uma alimentação consciente.

A alimentação não apenas é moldada pela história, como a molda. Foi através da busca por especiarias que se iniciaram as grandes navegações, foi a partir das plantações de cana que se instalou um sistema de exploração da população negra e de tráfico intercontinental. A alimentação moldou nossas sociedades ao mesmo tempo que também se alteraram.

A chegada, por meio da Europa, de alguns gêneros de origem asiática na América (cana-de-açúcar e algodão) e o seu cultivo em grande escala resultaram no estabelecimento da monocultura de agroexportação que submeteu seus povos aos interesses dos grandes grupos econômicos internacionais, destruindo estruturas agrárias tradicionais (como a posse comunal da terra), corroendo a agricultura de subsistência e condicionando-os aos preços e demandas do mercado mundial. (CARNEIRO,2013, p.61).

O comércio alimentar intercontinental levou a novas organizações sociais, desde as especiarias que levaram as grandes navegações, o uso do açúcar que levou a escravidão africana, as Revoluções Francesa e Russa ocorridas pelas crises de fome da população pobre

enquanto a nobreza vivia de exageros. “A alimentação ocupa, como um ator invisível, o cenário dos grandes processos constitutivos da modernidade.” (CARNEIRO, 2013, p.66).

A produção alimentar atual nasceu dessas mudanças, revolucionou a indústria e toda a sociedade. “As técnicas de conservação dos alimentos, as conquistas da microbiologia, o desenvolvimento dos transportes são todos aspectos de um processo mais geral: o da industrialização da produção e da distribuição da alimentação.” (CARNEIRO, 2013, p. 78). Porém, se por um lado a industrialização trouxe diversos avanços tecnológicos, por outro, parte dos problemas sociais e ambientais atuais decorrem do sistema agroalimentar mundial. Um sistema que se baseia em

avanços tecnológicos e nas descobertas científicas da agricultura e da pecuária (como o uso de fertilizantes sintéticos, agrotóxicos e drogas veterinárias; o melhoramento genético, o confinamento animal; a mecanização); na grande escala de produção (local e global); na industrialização; na oferta de alimentos desconectada da sazonalidade; na distribuição e comercialização em grandes redes varejistas; na escolha disponível a todos que podem arcar com os preços dos alimentos; nas desigualdades nutricionais entre e dentro das sociedades; e nas repercussões socioambientais vinculadas ao modelo produtivo. (BEARDSWORTH E KEIL, 1997, apud AZEVEDO E PELICIONI, 2010, p.4).

Podemos indicar o início do agronegócio no final do século XIX, com o nascimento das primeiras empresas agrícolas mundiais. Com o começo da mecanização do trabalho rural, criação de novos agrotóxicos, novos métodos de conservação de alimentos e a revolução dos transportes com trens e navios, as indústrias cresceram rapidamente.

No momento pós guerra, essas empresas aumentaram a variedade de produtos ofertados e as mercearias foram se transformando em mercados devido ao crescimento econômico. Nos anos 80 a globalização levou as transnacionais a procurar novos mercados nos países em desenvolvimento. Esses países aceitaram de braços abertos as novas formas de produção. Segundo o Atlas do Agronegócio, “a liberalização desmantelou os controles estatais sobre os mercados de commodities e as barreiras tarifárias, levando a uma rápida expansão do comércio mundial de produtos agrícolas.” (FUNDAÇÃO, 2018, p.10). Na América do Sul e principalmente no Brasil, o agronegócio é uma força motora da economia.

O Atlas do Agronegócio (2018) aponta que a concentração de poder na mão de algumas empresas ocorre em todas as fases do processo, desde a produção, comercialização e distribuição. Essas empresas, líderes mundiais de mercado atualmente, são as mesmas que fundaram esse estilo moderno de produção agroindustrial. Essas transnacionais estão a todo momento comprando outras empresas, formando grandes monopólios que definem o que é produzido, quando e onde.

Os enormes conglomerados alimentares dominam não apenas o que se planta, mas também no que isso é transformado. “Quatro empresas dominam tanto a importação como a exportação de commodities agrícolas: Archer Daniels Midland (ADM), Bunge, Cargill e Louis Dreyfus Company” (FUNDAÇÃO, 2018, p.28), sendo as principais commodities o trigo, a soja e o milho. Tais empresas não apenas produzem, como também transportam e processam as commodities podendo usá-las como alimentos, agrocombustíveis ou ração para animais, representando juntas 70% do mercado global de commodities. Para manter os lucros e importância econômica, tais empresas incorporam outras etapas do processo produtivo, chegando a ser, segundo a Bloomberg, não “apenas parte da cadeia de valor, mas era a própria cadeia – do campo à mesa” (FUNDAÇÃO, 2018, p.28).

Controlada por grandes empresas, a alimentação não foi apenas contaminada pelos agrotóxicos e transgênicos, mas também pelos alimentos ultraprocessados, normalmente compostos de açúcar, gordura, farinha e aditivos químicos, possuem pouco valor nutricional, contribuem para uma homogeneização do paladar e são os principais responsáveis pela onda de doenças não transmissíveis relacionadas à alimentação. Esses produtos alimentares são feitos “inteiramente ou majoritariamente de substâncias extraídas de alimentos (óleos, gorduras, açúcar, proteínas), derivadas de constituintes de alimentos (gorduras hidrogenadas, amido modificado) ou sintetizadas em laboratório com base em matérias orgânicas (corantes, aromatizantes, realçadores de sabor e outros aditivos usados para alterar propriedades sensoriais).” (LOUZADA, MARTINS, CANELLA et al., 2015, p.2). Produtos nada naturais e que ganham novas formulações para atrair consumidores e aumentar o lucro dos grandes conglomerados que os produzem.

A Organização Mundial da Saúde (2015) relatou que os produtos ultraprocessados muitas vezes são vendidos como saudáveis. Produtos reduzidos de nutrientes e que aumentam o risco de Doenças Crônicas Não Transmissíveis (DCNT) como hipertensão, diabetes e obesidade são apresentados com rótulos manipulados que levam o consumidor a acreditar que tal produto pode ser saudável, segundo Caivano et al. (2017). Esses produtos vem se popularizando e suas vendas não param de crescer, são produzidos por grupos econômicos que dominam o setor alimentício e “os principais fatores que contribuíram para o aumento no consumo desses alimentos foram o fortalecimento da economia, a elevação do poder de compra, as campanhas de marketing, bem como a comodidade, a conveniência e seu menor custo” (CAIVANO, LOPES, SAWAYA et al., 2017, p. 352).

A agropecuária também é um fator definidor da alimentação contemporânea. A pecuária não acompanha todas as sociedades, “à exceção da Europa, praticamente todas as

grandes civilizações foram essencialmente alimentadas por vegetais, com o consumo carnívoro restringindo-se às elites.” (CARNEIRO, 2013, p. 53). A agricultura demanda menos espaço do que a agropecuária, por isso, a produção de carne não era uma alternativa viável para muitas sociedades, que acabavam baseando sua alimentação nos vegetais e em carnes de caça, peixes ou insetos.

Existem atualmente estoques de alimentos capazes de alimentar a população mundial em uma dieta semi vegetariana, porém a dieta atual dos países desenvolvidos requer mais espaço e matérias primas. A globalização da produção alimentar e o consumo de carne dos países desenvolvidos está levando à “destruição das florestas tropicais na América Latina para dar lugar às pastagens e às plantações de forragem necessárias para aumentar o consumo ocidental, e especialmente norte-americano, de bifes.”(CARNEIRO, 2013, p.28).

A relação humana com os animais foi e ainda é definidora cultural e da forma como as sociedades se organizam. Não apenas a definição de quais animais servem para alimento, transporte ou qualquer uso humano, mas também aqueles que não serão explorados constituem parte importante da cultura de determinada sociedade.

Da omofagia (comer carne crua) até a preparação cuidadosa no fogo definiu-se um trajeto que foi o mesmo da fundação da cultura.[...] Os principais animais usados como alimento, tração e montaria, o papel da domesticação dos diferentes tipos de rebanhos em distintas épocas e continentes condicionaram muitas das características das culturas planetárias (CARNEIRO, 2013, p.54).

Nesse sistema de produção controlado por empresas mundiais as desigualdades são realçadas por ações governamentais que afetam principalmente trabalhadores rurais, povos indígenas e também as classes mais baixas dos moradores dos centros urbanos, em que “cortes sociais agravam conflitos socioambientais em um contexto de criminalização, perseguições e violações de direitos de quem luta pela terra – ou pela mera existência.” (FUNDAÇÃO, 2018, p.6).

A concentração das terras na mão de poucos produtores vem acompanhada da luta de diversos agricultores familiares e comunidades indígenas, que têm sido expulsos de suas terras pelos donos de monoculturas sem ajuda do estado. Os pequenos agricultores e moradores das zonas rurais também sofrem pela homogeneização da identidade cultural. Os conhecimentos tradicionais têm sido substituídos pelas grandes monoculturas e acabaram sendo desvalorizados. “O sistema de produção de alimentos e os hábitos alimentares culturalmente diferenciados foram substituídos por alimentos produzidos sob a ótica da predominância econômica, tecnológica e cultural ocidental” (WILKINSON, 2002, apud AZEVEDO E PELICIONI, 2010, p.6).

As lutas indígenas também entram nesse cenário, já que muitas tribos têm sofrido pressões para deixar a terra que, além de ser sua casa, também tem grande importância cultural e de (r)existência. Os dados do Atlas do Agronegócio (2018) também apontam que no Brasil é onde mais defensores do meio ambiente são assassinados.

Esse padrão de produção é muito rentável economicamente a curto prazo, mas os danos ambientais resultantes podem não ter volta. Um sistema que salienta uma superprodução e o aumento da eficiência, mas precisa de alto consumo de energia e de insumos químicos, provocando “erosão, desmatamento, poluição das águas, solos, alimentos e ar e perda da biodiversidade aumentando o risco de desgaste de recursos naturais” (AZEVEDO E PELICIONI, 2011, p.4).

2.2 O futuro está na comida

Tendo em vista as alternativas ao modo de produção e reprodução capitalista voltemos a atenção à produção alimentícia e aos modelos já existentes de produção que entram em consonância com uma nova visão de mundo. Esses modelos “caracterizam o alimento contemporâneo na ótica dos ativistas: ético, local, colonial, sustentável, tradicional, seguro e adequado, “amigo do animal” (AZEVEDO E PELED, 2016, p.10).

Ou seja, a alimentação volta a ser debatida em pequena escala, negando a globalização e a necessidade de grandes processos para o alimento chegar ao consumidor. Na verdade, quanto menos etapas existirem entre a produção e o consumo final, melhor. Nesse sentido, podemos explorar a agroecologia, a agricultura orgânica, o locavorismo e o veganismo só pra citar alguns. Esses movimentos buscam maneiras diferentes de produção e alimentação.

Muitas pessoas não vêem como esses movimentos ligados à alimentação podem ser acompanhados de profundas mudanças políticas. Mas por trás do que se parece um apelo à alimentação saudável, existem profundas contestações a todo o sistema capitalista em sua busca por desenvolvimento desenfreado.

A agroecologia, por exemplo, é definida como “movimento sócio político de fortalecimento do agricultor familiar, de resgate de suas identidades e raízes culturais e, principalmente, de sua autonomia, poder de decisão e participação ativa no processo produtivo, favorecendo o local como foco de ação.” (AZEVEDO, 2017, p.22). Mais do que um movimento que preza pela agricultura orgânica, pelo uso responsável da terra e pela alimentação saudável, a agroecologia vê na alimentação uma forma de empoderar comunidades de agricultores e uma forma de retorno à vida rural.

Muitos teóricos vêem a agroecologia como um passo para uma revolução das formas de vida e parte fundamental da reforma agrária, trazendo a sabedoria dos povos que vivem da terra para um uso mais consciente e responsável da mesma.

Assim como a agroecologia, a agricultura orgânica também compartilha dos mesmos valores, além de favorecer o plantio sem uso de contaminantes químicos como “drogas veterinárias, fertilizantes, aditivos sintéticos e tecnologias como a transgenia e a irradiação”, o movimento também estima a auto suficiência do agricultor e da propriedade agrícola tentando promover “ a minimização da dependência de energias não renováveis na produção, da oferta de produtos saudáveis que ponham em risco a saúde do consumidor, do agricultor e do meio ambiente, o respeito à integridade cultural dos agricultores e a preservação da saúde ambiental e humana” (BRASIL, 2007 apud AZEVEDO, 2017, p.23).

O vegetarianismo e o veganismo, são movimentos que prezam pelo bem estar animal e pela ética, os seus adeptos excluem o consumo de produtos de origem animal e derivados. O movimento abarca o especismo e constrói relações com gênero, raça, sexualidade e família. O veganismo é, em tese, fundamentalmente anti capitalista, mas para construir sua luta ele passa a se preocupar “com consumo sustentável e preservação da agrobiodiversidade; com estratégias de vida em comunidade; com boicotes e alternativas ao sistema econômico neoliberal; com a promoção da cooperação e do decolonialismo cultural alimentar; com a exploração da natureza e de outros seres humanos” (AZEVEDO, 2017, p.298).

O veganismo parte da premissa das pequenas atitudes individuais para promover mudanças estruturais. Mas muitas das suas formas de atuação só existem se pensadas dentro do sistema, por isso o movimento é fortemente criticado. Além de que, o crescente número de adeptos ao movimento chamou a atenção das grandes empresas, que agora os vêem como um mercado em crescimento. A transformação dos veganos em público de mercado não ajuda na luta contra as raízes do problema, apenas lhe dá uma nova cara. As empresas continuam com a exploração ambiental, a produção em larga escala e o uso de tecnologias para a produção alimentar, mas agora para produzir alimentos industrializados veganos.

O locavorismo é uma forma de consumir que valoriza os alimentos locais e sazonais, nessa perspectiva, segundo Azevedo (2017), o comedor valoriza a localidade, reduzindo, assim, a mobilidade e fortalecendo os laços da comunidade. A descolonização também é fundamental nesse tipo de alimentação. Ou seja, procura se desvencilhar de hábitos globalizados, considerando a cultura local como fortalecedora de identidades.

Esses são alguns sistemas alimentares que “se opõem à lógica do sistema agroalimentar dominante” (AZEVEDO, 2017, p.24). Por meio desses movimentos podemos

ter uma nova perspectiva sobre a alimentação, imaginando novas formas de nos posicionar politicamente. Eles já são exercidos em pequena escala em comunidades agrícolas e até em centros urbanos, com a implantação de hortas comunitárias urbanas, por exemplo. Tendo eles como base, podemos imaginar formas de implantá-los em grande escala. Mas esse movimento só é possível com a conscientização da população acerca de seus benefícios e é esse o maior desafio atualmente.

A divulgação de questões sobre a alimentação ainda é rasa e não disponibiliza à população informações suficientes para o embasamento de uma opinião sobre o assunto. As questões socioambientais não são de conhecimento popular e muito menos as decisões políticas sobre o assunto, que interferem diretamente na vida e na saúde da população.

3. COMUNICAÇÃO EM REDE E MOVIMENTOS SOCIAIS

A comunicação assim como a alimentação são campos extensos, que englobam diferentes teorias sobre a vida cotidiana. Esse trabalho tem esses dois campos como pilares, agora que já discorreremos sobre a forma como nossas sociedades se organizam e o papel da alimentação dentro dela, passamos para uma discussão acerca do lugar que a mídia ocupa. Para isso, precisamos entender as mudanças que se passaram nos últimos anos em relação à comunicação humana.

A cultura é a forma como as sociedades significam suas relações e toda sua vida. Guattari e Rolnik (1996) elucida bem a criação da subjetividade quando afirma que

toda a produção de sentido, de eficiência semiótica - não são centrados em agentes individuais, nem agentes grupais. Esses processos são duplamente descentrados. Implicam o funcionamento de máquinas de expressão que podem ser tanto de natureza extra-pessoal, extra-individual [...], quanto de natureza infra-humana, infra-psíquica, infra-pessoal. (GUATTARI E ROLNIK, 1996, p.31).

Discutiremos então, como a subjetivação acontece, como os significados chegam a nós e como os recebemos. “Os seres humanos criam significado interagindo com seu ambiente natural e social, conectando suas redes neurais com as redes da natureza e com as redes sociais” (CASTELLS, 2005, p.9). A comunicação socializada é o agente central no processo de construção de significados em sociedades, “é o processo de compartilhar significado pela troca de informações” (CASTELLS, 2005, p.9).

O processo de comunicação decorre da troca de símbolos entre quem fala e quem ouve. Estes não são inventados na hora da troca de informações, eles já possuem significados e mesmo quando são ressignificados, ainda fazem parte de uma estrutura social. “A sociedade constitui sempre uma ordem simbólica, que, por sua vez, não flutua no ar—tem que incorporar os sinais do que já existe, como fator de identificação entre os sujeitos.” (MORAES, 1997, p.96).

A maneira como a comunicação é exercida abala a subjetivação e assim as formas político-culturais que nos organizamos. Acompanhar as transformações da mídia se torna essencial para explorar formas de criação de significados. A cultura de mídia é responsável por teorizar os impactos da mesma na subjetivação explorando

algumas das maneiras como a cultura contemporânea da mídia cria formas de dominação ideológica que ajudam a reiterar as relações vigentes de poder, ao mesmo tempo que fornece instrumental para a construção de identidades e fortalecimento, resistência e luta (KELLNER, 2001, p.10).

A mídia assume o papel de difusora de significados, cujo qualquer pessoa pode incorporar. “A cultura da mídia e a de consumo atuam de mãos dadas no sentido de gerar pensamentos e comportamentos ajustados aos valores, às vezes instituições, às crenças e às práticas vigentes” (KELLNER, 2001, p.11). Esta teoria é constituída a partir da crítica às desigualdades e as disputas de poder na sociedade, ressaltando o efeito da mídia nas disputas ora como disseminador da hegemonia ora como organizador de estratégias de luta.

O estudo da mídia pode ser efetivo para a análise crítica das sociedades quando feito de forma multidisciplinar, articulando a produção dos discursos midiáticos na “economia política, nas relações sociais e no meio político em que são criados, veiculados e recebidos” (KELLNER, 2001, p.13). A análise deve ser realizada de forma a entender o contexto no qual a obra foi produzida, a maneira como foi veiculada e as individualidades que a receberam.

Um passo importante para os estudos na comunicação foi perceber o público como mais do que uma massa manipulável, a recepção dos símbolos é essencial para a construção dos significados. Públicos com diferentes socializações recebem produtos culturais com perspectivas diferentes, gerando significações variadas de um único produto.

O crescimento da mídia e as mudanças nas formas de comunicação foram as principais responsáveis pela mudança nas práticas da cidadania. Por meio delas “foram estabelecidas outras maneiras de se informar, de entender as comunidades a que se pertence, de conceber e exercer os direitos.” (CANCLINI, 1997, p.26). A mídia passa a ocupar espaços de debates outrora ocupados pelo poder público, colocando discussões de valor social dentro das casas, aproximando as pessoas da esfera pública. Assim sendo, a esfera pública se torna “o marco 'midiático' graças ao qual o dispositivo institucional e tecnológico próprio das sociedades pós-industriais é capaz de apresentar a um ‘público’ os múltiplos aspectos da vida social” (FERRY, 1992, p.19 apud CANCLINI, 1997, p.31).

Essa aproximação é mediada pelos meios de comunicação, que assumem o papel de manter a população informada e entretida. Mas esse papel não é cumprido apenas pensando no interesse do público, há outros fatores envolvidos na produção cultural. As grandes mídias, acessadas pela maior parte da população, pertencem a empresas que possuem o monopólio dos meios de comunicação. Desde o início do processo de industrialização, a mídia se faz presente como base cultural para a população, mas segundo Canclini (1997), foi a partir da segunda metade do séc. XX, com o desenvolvimento de novas tecnologias que a produção cultural começou a ser ordenada pelo lucro e pelo consumo global.

As mudanças nos meios de comunicação se iniciaram nos anos 40 com o aumento das produções radiofônicas e impressas, avanço que principiou a entrada das mídias nos círculos

culturais e começou a “colonizar o lazer” (KELLNER, 2001, p.28). Mas apenas com o surgimento e propagação da televisão, “que a mídia se transformou em força dominante na cultura, na socialização, na política e na vida social” (KELLNER, 2001, p.28). Essa mudança das formas de lazer e de se informar foi causada pelo projeto de atingir a modernidade.

Baseado no idealismo de uma modernidade que levasse todos os países para o “desenvolvimento” criaram-se políticas econômicas e culturais globalizadas, disseminadas por meios da produção cultural global, que atinge públicos, que se entretém, se informam e buscam os estilos de vida divulgados pela mídia como ideais, criando uma cultura hegemônica. “Os veículos ocupam posição distintiva no âmbito das relações sociais, visto que fixam os contornos ideológicos da ordem hegemônica, elevando o mercado e o consumo a instâncias máximas de representação de interesses.” (MORAES, 2010, p.61).

A construção da subjetividade por meio dos produtos culturais ocorre por meio de uma constante disputa de poder sobre as formas de se viver e o alvo dessa disputa é o desenvolvimento da hegemonia cultural. “No entender de Gramsci, a hegemonia pressupõe a conquista do consenso e da liderança cultural e político-ideológica de uma classe ou bloco de classes sobre as outras.” (MORAES, 2010, p.54). Ela está ligada ao domínio da economia, dos princípios que a sociedade considera como seus, das percepções, dos valores, ou seja, de todos os âmbitos definidores de uma sociedade.

A mídia tem um papel essencial na manutenção da hegemonia cultural, já que esta não diz respeito apenas aos níveis econômicos e políticos, mas também da formação de um imaginário e um consenso social sobre o que representa a sociedade. O processo de mudança em uma hegemonia cultural é longo e envolve toda a construção de uma nova forma de subjetivação. A hegemonia cultural “não deve ser entendida nos limites de uma coerção pura e simples, pois inclui a direção cultural e o consentimento social a um universo de convicções, normas morais e regras de conduta, assim como a destruição e a superação de outras crenças e sentimentos diante da vida e do mundo” (GRAMSCI, 2002b, p.65 apud MORAES, 2010, p.55).

Ainda seguindo o pensamento de Gramsci podemos identificar como formadores do Estado a sociedade política e a sociedade civil. A primeira é constituída pelas instituições governamentais e mantém o poder sobre as forças armadas, a lei e as formas de dominação coercitiva, enquanto a segunda busca influência por meio do consenso e dos discursos e é formada pelas “instituições responsáveis pela elaboração e/ou difusão de valores simbólicos e de ideologias, compreendendo o sistema escolar, os partidos políticos, as corporações

profissionais, os sindicatos, os meios de comunicação, as instituições de caráter científico e cultural etc.” (MORAES, 1997, p.98).

Mas como já citado anteriormente, nem sempre as instituições de produção simbólicas estão a favor dos interesses da população, muitas vezes, mesmo sendo instituições privadas, que nada tem a ver com o Estado, elas assumem o papel de manter a hegemonia cultural nas mãos da classe dominante, propagando o senso comum. Tais instituições, que incluem a mídia, estão em um local ambíguo, em que conseguem tanto difundir a hegemonia como também lutar contra ela por meio de novos discursos ideológicos.

“A teoria gramsciana propõe uma longa marcha através das instituições sociais, antecedida por uma preparação político- ideológica, que deve expressar variações do processo histórico.” (MORAES, 2010, p.60). Segundo Gramsci, a luta pela hegemonia precisa ser devidamente conceitualizada tendo a educação da base como aspecto fundamental. Nenhuma mudança é possível sem o conhecimento histórico e sócio-político e de uma boa articulação da comunicação entre os diversos agentes de mudança.

A mídia, com o avanço tecnológico se tornou a principal forma de contato com produções culturais, com o avanço da televisão pessoas que se encontravam fora do círculo cultural das cidades tiveram acesso a informações globais dentro de suas próprias casas. As formas de lazer foram mudando aos poucos, abandonando salas de teatro, em direção ao sofá de casa. Mas não apenas o lazer se redirecionou, como também as formas de fazer política. A televisão, que transforma tudo em espetáculo audiovisual, revolucionou as formas de campanha política, criando personagens e heróis políticos, que podem, ou não, ajudar as sociedades a alcançarem a tão sonhada modernidade e todos os supostos confortos que a acompanham.

A televisão foi revolucionária, não apenas na forma de apresentar símbolos, mas também pela aproximação e conexão de pessoas que se encontravam em diferentes locais do globo. A globalização permitiu que pessoas em diferentes situações tivessem acesso ao conteúdo veiculado pelos meios de comunicação. A mídia tem grande responsabilidade pela desterritorialização já que a “informação e o entretenimento das maiorias procede principalmente de um sistema deslocalizado, internacional, de produção cultural, e cada vez menos da relação diferencial com um território e com os bens singulares nele produzidos” (CANCLINI, 1997, p.112).

Essa divulgação de produtos culturais também levou a uma ideia de massificação do público. As instituições midiáticas são em sua maioria privadas, portanto, além da sua característica informacional, possuem interesse no lucro resultante de suas produções. Para

alcançar o lucro e a popularidade, os textos da mídia “devem repercutir as preocupações do povo” (KELLNER, 2001, 32), mesmo que este não seja único e nem sempre tenha opiniões convergentes. Toda a programação, incluindo programas informativos e de entretenimento, é pensada a partir da luta pelo poder subjetivo e ideológico entre diferentes grupos da sociedade, já que a partir desse poder é possível uma mudança de perspectiva e, portanto, das estruturas sociais. Podemos dizer que “o discurso midiático interfere na cartografia do mundo coletivo, na medida em que propõe óticas argumentativas sobre a realidade, aceitas por amplos segmentos sociais, dentro de uma lógica de identificação e correspondência.” (MORAES, 2010, p. 67).

Diante de teorias que evidenciam o modo como a mídia é fundamental para a manutenção da hegemonia, destacamos os estudos culturais britânicos, que apresentaram uma visão crítica e multidisciplinar, considerando os efeitos na sociedade baseados em uma análise histórica-político-social-econômica. “Baseando-se no modelo gramsciano de hegemonia e contra-hegemonia, os estudos culturais analisam as formas sociais e culturais “hegemônicas” de dominação, e procura forças “contra-hegemônicas” de resistência e luta.” (KELLNER, 2001, 48). Os estudos culturais se preocupam em desenvolver “a luta contra a dominação e contra as relações estruturais de desigualdade e opressão” (KELLNER, 2001, p. 49).

É por meio dos estudos culturais britânicos que elaboramos a discussão deste trabalho, evidenciando as formas de estruturação da subjetividade acerca da alimentação no Brasil e buscando formas de comunicação que fomentem os movimentos ligados a isso e possam efetuar alguma mudança. Os estudos culturais veem a cultura vinculada profundamente com a comunicação, em uma relação de codependência entre elas, por isso nos permite analisar a cultura de forma integral, contendo as discussões acerca da mídia, da comunicação e da cultura sem diferenciá-las como pertencentes a uma classe ou outra, mas analisando suas reverberações políticas na sociedade. “Possibilita abordagens à cultura e à comunicação que nos forcem a avaliar sua política e fazer discriminações políticas entre diferentes tipos de produções que tenham diferentes efeitos políticos.” (KELLNER, 2011, p.53).

À luz dos estudos culturais é que conseguimos entender como os avanços tecnológicos na comunicação moldaram a sociedade. Como já visto, a televisão abriu novos horizontes para a produção cultural, e mesmo tendo alcance mundial reproduzindo uma cultura global, esse meio ainda tem muitos laços com o local. A televisão ainda é uma fomentadora da cultura nacional, desenvolvendo produtos que representam o país de alguma forma. “Sabemos que na América Latina a televisão tem colaborado para a geração de uma cultura nacional,

conseguindo misturar o erudito ao popular, mesclando, mixando, manifestações regionais que então passam a ser identificadas com a nacionalidade.” (GÓMEZ, 2006, p.374).

Após a televisão, as evoluções tecnológicas nos levaram ao computador, ao celular e à era da internet. A partir da década de 90, a implementação da fibra ótica desbancou os produtos televisivos, já que a internet possibilitou a comunicação sem mediadores. “Nos dias de hoje, qualquer pessoa que queira «publicar» conteúdos de media, não precisa fazer mais do que abrir um sítio na Web.[...] Nesse quadro deixamos de ter um «gatekeeper» determinando a que parte da audiência se poderia dirigir.” (TAPLIN E CARDOSO, 2005, p.272). A internet mostrou ser possível aumentar a produção cultural, seja por meio do entretenimento, da informação e até pela educação a distância.

A facilidade do acesso a conteúdos promoveu a globalização da informação e da comunicação. As novas formas de interação pela internet e de consumo de conteúdos refletiu em mudanças sociais. Essa remodelagem das sociedades ocorreu pois a internet “expande as esferas culturais e as fronteiras geográficas e permite a comunicação de «muitos para muitos»”(TUBELLA E CARDOSO, 2005, p.281). Tubella e Cardoso (2005) afirmam que a internet se diferencia pois permite que as pessoas desenvolvam um papel na produção cultural, criando conexões ao redor do mundo em novos padrões de interação.

Outro diferencial da experiência é o uso individual, que gera uma nova forma de comunicação entre as pessoas. Enquanto a televisão e o rádio, por exemplo, promovem uma sensação de unidade entre os espectadores, a internet propicia uma experiência própria para cada usuário, que pode desbravar livremente os espaços virtuais.

Podemos usar a comunicação da Internet para mudar as práticas e representações sobre o que nos rodeia, na prática há uma série de escolhas prévias a fazermos. Essas escolhas são essencialmente escolhas de como pensar a nossa relação com a mediação e qual o grau de intervenção que pretendemos ter. (CARDOSO, 2011, p.75).

É fato que as mudanças na comunicação são decisivas para a estruturação de novas sociedades, portanto entender como esta se organiza na internet se torna fundamental para entender essas sociedades. Segundo Cardoso (2005), a comunicação já passou por algumas modelações, a primeira delas é a comunicação interpessoal, a qual acontece entre pessoas dentro de um grupo, a segunda é a comunicação de um-para-muitos, usada em discursos, por exemplo, em que uma pessoa tem um público de pessoas para passar a mensagem, a terceira é a comunicação de massa, possível por meio das tecnologias midiáticas, feita para pessoas em diferentes localidades, sem um limite de público que possa ter acesso àquela informação.

Em tempos de internet, entramos, portanto, em uma nova era da comunicação, que possui características globais e de rede. A comunicação pelas redes pode

tomar a forma de Auto-Comunicação de Massa (Castells, 2009), que tem lugar quando utilizamos o Twitter, blogs ou SMS; de Comunicação Interpessoal Multimídia, que acontece quando usamos o MSN ou o Google Chat ou mesmo o Skype; de Comunicação Mediada de Um para Muitos, quando usamos o Facebook com os nossos "amigos"; e, claro está, os casos de comunicação de massa e comunicação interpessoal não mediada. (CARDOSO, 2011, p.75).

É perceptível que as formas antigas de comunicação se repetem, mas com uma remodelagem, com novas características de rede e principalmente atingindo um número maior de pessoas.

A internet se tornou um espaço em que todos produzem e divulgam conteúdos. Assim sendo, os formatos foram alterados para atender as demandas dos utilizadores, que por terem acesso a um grande número de informações, buscam por conteúdos cada vez mais de nichos e em velocidade quase imediata ao acontecimento.

A internet proporciona a autocomunicação, caracterizada por alcançar uma vasta gama de pessoas e “porque a produção da mensagem é decidida de modo autônomo pelo remetente, a designação do receptor é autodirecionada e a recuperação de mensagens das redes de comunicação é auto selecionada” (CASTELLS, 2013, 9). A internet é uma fonte de hipertextos que os usuários têm acesso e podem ressignificar, compartilhar e utilizar para elaborar novas formas de pensar. A comunicação propiciada pelos meios digitais “fornece a plataforma tecnológica para a construção da autonomia do ator social, seja ele individual ou coletivo, em relação às instituições da sociedade” (CASTELLS, 2013, 10).

Definir a sociedade em rede se faz imprescindível, uma vez que a comunicação é o principal meio de manutenção dessa sociedade em que “o poder é multidimensional e se organiza em torno de redes programadas em cada domínio da atividade humana, de acordo com os interesses e valores de atores habilitados” (CASTELLS, 2013, 10). Castells (2013) explica que o Estado é a rede padrão, que se encarrega de gerir as outras redes, enquanto a rede de comunicação é a responsável pela construção de significados, ou seja da subjetividade, que pode ser a favor ou contra os propósitos do Estado.

A evolução tecnológica e a comunicação digital suscitam uma sociedade em rede de organização horizontal, alterando a estrutura do poder vertical, comandado pelo Estado, exército, igreja e empresas. As redes de comunicação

Podem, ao mesmo tempo, ser flexíveis e adaptáveis graças à sua capacidade de descentralizar a sua performance ao longo de uma rede de componentes autônomos, enquanto se mantêm capazes de coordenar toda esta atividade descentralizada com a possibilidade de partilhar a tomada de decisões. (CASTELLS, 2005, p.18).

Dito isso, temos que lembrar que a estruturação das sociedades se faz na lógica de “desenvolvimento” das formas de vida. Por isso uma nova estruturação, como é o caso das sociedades de rede, precisa avaliar e explorar meios de mudanças profundas. Castells (2005) relembra que as sociedades industriais e a revolução tecnológica levaram o mundo à guerras, genocídios, desigualdades sociais, aquecimento global e epidemias globais (CASTELLS, 2005, p.18). A sociedade em rede é uma porta para repensar a subjetividade das sociedades, para uma regeneração das formas de poder. Para tal, é preciso pensar nos indivíduos que estão à margem dessa sociedade desigual e nos movimentos que se precisa fomentar dentro de uma rede para alcançar uma grande mudança, é necessário construir estratégias que atinjam um público global capaz de efetivar ações a favor do bem estar da humanidade, e não apenas a humanidade que desejamos ser.

Nessa estruturação da sociedade os atores sociais podem influenciar diversas redes, de acordo com as pessoas que se conectam. A maior participação das pessoas nas redes de comunicação também aumenta a participação das pessoas em discussões e permite um maior acesso a informações variadas.

Envolvendo-se na produção de mensagens nos meios de comunicação de massa e desenvolvendo redes autônomas de comunicação horizontal, os cidadãos da era da informação tornam-se capazes de inventar novos programas para suas vidas com as matérias-primas de seu sofrimento, suas lágrimas, seus sonhos e esperanças. (CASTELLS, 2013, p.11).

As redes da internet permitem que o usuário entre em contato com pessoas que possuem interesses parecidos, que participem de grupos de discussão e apoiem causas às quais se identifiquem. A comunicação pela internet também pode ter encadeamentos negativos, com a velocidade que as informações são passadas e sem um filtro do que é postado, a internet pode ser uma grande disseminadora de informações falsas. Mas a concepção de “uma plataforma em que todos os cidadãos são convidados a debater, de modo racional, as questões da sociedade onde se inserem, favorecendo o fluxo da informação e conhecimento, constitui o ideal de quarto poder: os media” (CARDOSO, 2011, p.81).

Mas há outras questões a serem trabalhadas dentro de uma busca por mudanças sociais. A comunicação é de fato importante, mas quem fala, quem tem acesso a produção de informação se faz ponto chave da efetivação de uma revolução. A internet dá alcance a conexões globais, porém nem todo mundo tem acesso a tal tecnologia, e muito menos possibilidade de se fazer presente em debates dentro dela. As mudanças que procuramos na sociedade “depende de onde, por quem e para quem são usadas as tecnologias de comunicação e informação.” (CASTELLS, 2005, p.19.) Se apenas mantermos as mesmas configurações de

vida, se permitirmos que grandes empresas dominem o uso tecnológico, que apenas cidadãos já inclusos na humanidade de hoje tenham acesso a informação e aos debates por ela providos, nenhuma mudança nas forças de poder e na hegemonia cultural será realizada.

Não basta nos ater às novidades tecnológicas como o bote salva-vida da humanidade, é preciso refletir sobre o seu uso e sobre quem ainda possui o controle desses avanços.

Quando ampliamos o campo de análise, verificamos que, se de um lado há uma multiplicação da oferta, de outro há um processo perverso de centralização das fontes emissoras e aguda comercialização dos produtos simbólicos, de modo a alimentar os padrões de acumulação e de rentabilidade dos conglomerados de mídia, informática e telecomunicações. (MORAES, 2010, p.69).

A comunicação digital, assim como as outras mídias, deve ser analisada à luz dos estudos culturais, observando quais as motivações mercadológicas, políticas e socioculturais da sua criação e o contexto da sociedade em que ela está sendo aplicada. As redes não isentam as mídias de fatores mercadológicos e ideológicos de produção cultural, pelo contrário, a ligação da rede midiática com as redes tecnológicas e econômicas está cada vez mais próxima, com uma retroalimentando a outra.

A relação entre comunicação e cidadania é muito próxima, já que para exercer a cidadania é preciso de informações. “o direito à informação é um direito meio para a realização de outros e está, portanto, fundamentalmente ligado à cidadania” (CAIRES, 2009, 7). Por isso o acesso à comunicação deve ser universal, é uma questão a ser cobrada pela população à medida que exerce a função de cidadão. A comunicação é um direito político e social que precisa ser regulado a fim de evitar distorções na informação e um pleno acesso da população.

Na internet por meio da comunicação digital, se trava, portanto, uma luta de vozes a serem ouvidas, ou seja, uma luta pela designação de novas formas de subjetivação, agregando novas maneiras de embate contra-hegemônico. A hegemonia é mantida pelas forças coercitivas e pela instituição de um pensamento ideológico, tal pensamento é concebido por uma comunicação vertical, em que os interesses da classe hegemônica é passado as outras classes pelo discurso criado pelas instituições midiáticas. Na era da internet, a comunicação em rede possibilita que a troca de informações ocorra de forma mais fluida, permitindo que os usuários sejam “produtores, emissores e receptores dependendo de lastros culturais e habilidades técnicas. A colagem de interferências individuais põe em circulação ideias e conhecimentos, sem as noções de seleção e estratificação que condicionam os processos midiáticos.” (MORAES, 2007, p.2).

É partindo dessas novas concepções de comunicação e de reformulação de sociedade que muitos autores têm discutido como as pessoas têm ressignificado sua participação política a partir das redes sociais. Os espaços virtuais permitem maior liberdade de expressão de ideias e a tomada do lugar de criador e divulgador de subjetividades das grande empresas midiáticas para qualquer pessoa que tenha interesse em mostrar um novo ponto de vista mudou as formas como as pessoas se posicionam civicamente, seu interesse nas políticas e na sociedade foram amplificadas pelos discursos promovidos pela internet.

A ocupação desses espaços virtuais é “uma forma não apenas de atingir o debate não conseguido nos media tradicionais, mas um modo de realização da participação cívica, onde interesses comuns permitem a angariação de opiniões, decisões e intervenções em matérias específicas.” (CARDOSO, 2011, p.81). A descrença da população na sociedade política e a falta de representação popular nos meios de comunicação deslocou as formas de se fazer presente politicamente, por meio de “assinatura de petições, boicotes, ocupações, manifestações, cortes de trânsito e greves não sindicalizadas, algumas das quais começam a ser, quando não iniciadas, pelo menos divulgadas através das redes sociais” (CARDOSO, 2011, p.85).

A prática da comunicação autônoma e conseqüentemente de um maior engajamento em diversas pautas sociais também fomentou os movimentos sociais. Essas são organizações de pessoas que lutam por uma mudança em algum aspecto da ordem social. “Os movimentos sociais têm um conjunto de causas estruturais e motivos individuais para se erguer contra uma ou várias dimensões da dominação social” (CASTELLS, 2013, p.13). Por fazerem parte da sociedade civil, tais agentes precisam usar o discurso e o consenso para aproximar pessoas à causa defendida, portanto a comunicação se faz essencial para sua efetividade.

Os movimentos sociais vêm mudando suas formas de comunicação desde a década de 90, por conta do surgimento de novos meios. Caires (2009) explica que os meios de comunicação alternativa impressos foram perdendo lugar decorrente da comercialização da informação. Esse fator não só encarece as publicações impressas para àqueles que, como os movimentos sociais, não contam com a ajuda de empresas anunciantes, mas também foi causado porque “as práticas de inserção no mercado também costumam se objeto de repulsa pelos organizadores de movimentos sociais do tipo anticapitalista” (CAIRES, 2009, p.9).

Os meios de comunicação alternativa foram e ainda são muito utilizados pelos movimentos sociais, esses tendo “caráter mobilizador coletivo na figura dos movimentos e organizações populares, que perpassa e é perpassada por canais próprios de comunicação.” (PERUZZO, 2006, p.2), ou seja, são meios de comunicação criados por grupos populares e

que geram informações para além das mídias institucionalizadas. A comunicação alternativa já foi tida como participativa e comunitária, mas apenas na era da internet tais termos podem ser aceitos como efetivos na comunicação.

A comunicação alternativa é “uma forma de expressão de segmentos excluídos da população, mas em processo de mobilização visando atingir seus interesses e suprir necessidades de sobrevivência e de participação política.” (PERUZZO, 2006, p.2). É importante ressaltar o viés educativo do processo. Para a organização social ocorrer de forma integral é preciso a circulação de informações para a educação da base dos movimentos, tendo os meios de comunicação como “instrumentos para uma educação popular, como alimentadores de um processo educativo transformador”.(KAPLÚN, 1985, p.7 apud PERUZZO, 2006, p.3).

Precisamos entender a comunicação alternativa, pois os movimentos sociais sempre se basearam nela para atingir seus objetivos, as mudanças de comunicação promoveram mudanças na organização do próprio movimento. A dissipação dos símbolos e significados do movimento para o resto da sociedade é a principal forma de alcançar os objetivos propostos. A comunicação alternativa é praticada pela produção de fanzines, cartilhas, revistas próprias, rádios comunitárias, entre outros, e “possui conteúdo crítico-emancipador e reivindicativo e tem o “povo” como protagonista principal, o que a torna um processo democrático e educativo.” (PERUZZO, 2006, p.4).

Assim sendo, “a comunicação virtual vem somar-se (jamais substituir ou suplantar) a fontes de veiculação alternativa, instituindo formas colaborativas e não mercantis de trabalho informativo e cultural.” (MORAES, 2010 p.74). Os movimentos sociais, por meio da comunicação digital, veem a abertura de novas formas de mobilizar a população juntando as antigas formas de comunicação. O uso dos materiais impressos e em diferentes mídias é capaz de mobilizar assim como o uso das redes. A articulação desses meios deve ser feita tendo em vista as necessidades do movimento. Pela internet as discussões têm um maior alcance, mas a ocupação de espaços físicos já se mostrou importante para o sentimento de pertencimento a um grupo.

Portanto a emergência da internet abriu novas portas para a comunicação dos movimentos sociais, as redes da internet não são controladas pelo Estado e nem pelos anúncios, sendo um espaço de discussão livre de interesses mercadológicos. Além disso

há outras potencialidades envolvidas sendo mobilizadas na comunicação on-line dos movimentos sociais recentes: desterritorialização, descentralização, ampliação do alcance, interatividade, sem filtros nem controles, e oportunidades para vozes minoritárias ou excluídas (GOMES, 2005, p.66 apud CAIRES, 2009, p.9).

A comunicação autônoma exercida a favor da liberdade de expressão, do direito à informação e de reformas sociais por si só é uma forma de movimento social. A comunicação fomenta e alicerça os movimentos sociais ao mesmo tempo que exerce este papel sendo “um movimento *per se* - uma iniciativa não institucionalizada de um grupo que deseja transformar alguma realidade social que considera inadequada ou injusta e/ou reivindicar direitos formalmente estabelecidos mas que na prática não se dão” (CAIRES, 2009, p.12).

Os movimentos sociais se organizam a partir da congregação de indivíduos insatisfeitos com suas próprias experiências e que veem na luta contra hegemônica uma solução para suas insatisfações. São pessoas que se engajam nos discursos contra hegemônicos em busca de melhorias, não apenas para sua individualidade, mas para a sociedade. O pensamento contra hegemônico não entra nas agendas das instituições políticas, pois estas não abarcam as reivindicações das minorias políticas. Consequentemente, uma das maiores dificuldades para as lutas contra hegemônicas “consiste em alargar a visibilidade pública de enfoques ideológicos que contribuam para a reorganização de repertórios, princípios, e variáveis de identificação e coesão, com vistas à alteração gradual e permanente das relações sociais e de poder.” (MORAES, 2010 p.73).

As redes digitais de comunicação possibilitam que esses movimentos se articulam sem interferências institucionais. Os movimento sociais em rede tem como característica a ausência de líder, ele é formado pela dissonância de vozes, pela pluralidade de opiniões, a diversidade de vozes é articulada para um objetivo comum e assim se organizam centro de ações, se espalham pólos de discussão e se cria uma rede de comunicação com diversas ambições e opiniões, mas com um foco específico. Para além disso, os movimento sociais são constituídos em três componentes “relações de conflito; redes intrincadas entre os actores envolvidos; e uma identidade colectiva, duradoura, que vai para além da vontade singular ou do mero evento delimitado no tempo” (DELLA PORTA E DIANI, 2006, p.20 apud CARDOSO, 2011, p.85).

Portanto um protesto apenas pode não ser considerado como um movimento social, mesmo sendo um movimento de resistência e que visa mudanças na organização político-social da sociedade, já que muitas vezes os protestos não possuem uma identidade coletiva. Porém, quando articulados a partir de discussões e programas dentro do movimento

social já estabelecido, pode-se abrigar diversos outros agentes que se aliam à causa pela urgência das reivindicações, criando uma massa de pessoas organizadas, muitas vezes, pelas redes de comunicação não mediadas, para pressionar as estruturas sociais.

Nesse sentido, a organização dos movimentos sociais acontece na esfera comunicacional por meio das redes digitais, mas não se atém apenas a elas. É importante que os movimentos sociais se mostrem presentes em espaços públicos, promovendo encontros e reunindo adeptos para participar de deliberações e ocupações de espaços reais, além dos espaços virtuais. “Uma vez que o espaço público institucional - o espaço constitucionalmente designado para a deliberação - está ocupado pelos interesses das elites dominantes e suas redes, os movimentos sociais precisam abrir um novo espaço público que não se limite à internet, mas se torne visível nos lugares da vida social.” (CASTELLS, 2013, p.12).

Os movimentos sociais se baseiam nas redes virtuais para alcançar um público global e conseguir apoiadores de suas causas, mas é partindo da ocupação de lugares públicos que se mostra a força da população na busca por mudanças. Castells (2013) articula sobre como a presença das pessoas nos espaços públicos cria “uma comunidade, e a comunidade se baseia na proximidade” (CASTELLS, 2013, p.12), a proximidade ajuda as pessoas a se verem como partes de um todo que luta contra o outro. Os espaços ocupados também possuem significados e normalmente asseguram o uso dos espaços públicos como direito da população, "são geralmente carregados do poder simbólico de invadir áreas do poder de Estado ou de instituições financeiras”(CASTELLS, 2013, p.12).

Castells (2013) mostrou que quando a população e os movimentos sociais se articulam em busca de mudanças político-econômicas-sociais, através da internet, divulgando informações, fomentando discussões, organizando protestos e incitando à ação, ocorre o encontro do espaço virtual com o espaço urbano. As pessoas utilizam de suas aspirações e informações recebidas para acionar a cidadania e ocupar espaços públicos, pressionado o poder instituído. “um espaço público híbrido, constituído por redes sociais digitais e por uma recém-criada comunidade urbana, estava no cerne do movimento, tanto como ferramenta de autorreflexão quanto como afirmação do poder do povo” (CASTELLS, 2013, p.36).

Para que as redes de contrapoder prevaleçam sobre as redes de poder embutidas na organização da sociedade, elas têm de reprogramar a organização política, a economia, a cultura ou qualquer dimensão que pretendam mudar, introduzindo nos programas das instituições, assim como em suas próprias vidas, outras instruções, incluindo, em algumas versões utópicas, a regra de não criar regras sobre alguma coisa. Além disso, devem acionar a conexão entre diferentes redes pela justiça econômica, redes voltadas para os direitos das mulheres, a conservação ambiental, a paz, a liberdade e assim por diante. (CASTELLS, 2013, p.17).

Ou seja, os movimentos sociais têm em seu cerne a organização social em prol da luta contra as desigualdades provocadas pela busca ao “desenvolvimento”. O Estado tem a pretensão de implementar uma subjetivação única em toda a massa da população, enquanto os movimentos sociais, em uma luta contra-hegemônica buscam criar uma subjetividade que altere totalmente a primeira, transformando não apenas um aspecto da sociedade, mas toda a forma como ela se organiza.

4. CARTOGRAFIA DOS MOVIMENTOS ALIMENTARES

Este estudo sobre a alimentação nos levou a diversas questões que afetam as sociedades atuais. Já discutimos sobre sua relação com a cultura e como elas se configuram concomitantemente, o papel do consumo dentro das sociedades, de que modo o espaço social alimentar é fruto da evolução tecnológica das últimas décadas e como o mesmo tem sido um agente de mudanças, além de termos discutido o papel da comunicação na formação cultural e como as redes de comunicação e os movimentos sociais têm se organizado para discutir novas formas de se alimentar.

Neste ponto iremos fazer um recorte sobre a Ação Coletiva Comida de Verdade: aprendizado em tempos de pandemia, um movimento entre instituições, organizações e grupos de pesquisa, nascido durante a pandemia do covid-19, que tem buscado mapear ações de abastecimento alimentar de grupos agroecológicos e de agricultura familiar, além de fomentar discussões sobre a problemática do agronegócio e possíveis soluções para os problemas do sistema alimentar atual, prezando pela soberania e segurança alimentar da população, principalmente no espaço temporal da pandemia, em que muitas famílias encontram dificuldades para manter a alimentação.

Esse recorte foi feito com a motivação de refletir como a pandemia do coronavírus alterou a realidade e realidades de muitas pessoas. Segundo a Organização Pan-Americana de Saúde (2020), o coronavírus é o causador da covid-19, uma doença infecciosa que causa síndrome respiratória aguda grave. Em 30 de janeiro de 2020 foi declarado pela OMS, que a doença constitui uma Emergência de Saúde Pública de Importância Internacional (ESPII), que segundo o Regulamento Sanitário Internacional (RSI) é “um evento extraordinário que pode constituir um risco de saúde pública para outros países devido a disseminação internacional de doenças; e potencialmente requer uma resposta internacional coordenada e imediata” (OPAS, 2020). Em março de 2020, pela distribuição geográfica da doença, que já acometia países em todos os continentes, a covid-19 foi considerada pela OMS como uma pandemia.

Uma das medidas de enfrentamento à pandemia foi o isolamento social, ou quarentena, período em que as pessoas diminuíram suas saídas e em que houve a necessidade de alterar rotinas, modos de se relacionar, de trabalhar e de ocupar espaços públicos. Com um aumento da presença on-line de muitas organizações. A internet foi o ambiente em que as pessoas usaram para manter suas relações durante a pandemia e os meses de quarentena. Segundo dados da Agência Nacional de Telecomunicações, houve um aumento de 40% a 50% no uso de internet durante a quarentena (LAVADO, 2020). Esse espaço tem sido utilizado

mais assiduamente para trabalho, entretenimento, notícias e relações pessoais. Não apenas as pessoas, como todos os organismos da sociedade se ajustaram para agir pela internet.

A mudança também ocorreu no âmbito alimentar, durante esse tempo, as pesquisas relacionadas a receita e comida bateram recorde no Google Trends, que vem monitorando os termos pesquisados desde 2004 (LINS, 2020). Porém, não podemos ignorar o aumento do uso de aplicativos de entrega de comida em casa. Em pesquisa realizada pela Mobilis, observou-se um crescimento de 149% em 2020 no Brasil (RIBEIRO, 2021). Esse aumento nos permite refletir sobre as mudanças na forma de se alimentar e a falta de soberania alimentar da população geral, que muitas vezes depende de outros para preparar as refeições.

Com as organizações e movimentos sociais não foi diferente, todos precisaram repensar suas ações e projetos, os configurando para atuarem com o distanciamento. Movimentos de agricultores familiares e de agroecologia, entre outros sistemas de agricultura de pequenos produtores, foram obrigados a encontrar saídas para manter sua fonte de renda frente a impossibilidade da realização de feiras, o que os levou a criarem cestas de entrega e grupos de compras coletivas.

Os movimentos se articularam pela internet buscando promover debates, lives, seminários e cursos que pudessem fomentar suas causas e manter as pessoas informadas sobre as conquistas e perdas ocorridas durante esse período. Durante o mês de maio, tivemos mobilizações mundiais pela morte de George Floyd, homem negro, morto sufocado por policiais, que gerou protestos nas ruas e nas redes sociais através da hashtag #blacklivesmatter (GUIMÓN, 2020). Também houve protestos por melhores condições de trabalho para os motoboys de entrega de aplicativos, com grande movimento pelas redes pela hashtag #brequedosapps (MACHADO, 2020), ambos movimentos foram às ruas, porém devido às recomendações sobre o distanciamento social, as discussões se focaram na internet.

Assim como essas mobilizações, diversos movimentos sociais viram a oportunidade e a importância do desenvolvimento de trabalhos e ações pela internet, até pela falta de previsões sobre um possível tratamento para a covid-19 ou o fim do isolamento social. Muitas discussões foram geradas pelo contexto político social brasileiro e mesmo com o isolamento é necessário continuar em um trabalho de luta e construção de novos horizontes. Um desses grupos foi a Ação Coletiva Comida de Verdade, criada durante os primeiros meses da pandemia.

O lançamento do projeto ocorreu no dia 31 de julho de 2020, por uma live no Facebook. A Ação é composta por representantes de 13 instituições, sendo elas: ActionAid Brasil, Aliança pela Alimentação Adequada e Saudável, Articulação Nacional de

Agroecologia (ANA), Associação Brasileira de Agroecologia (ABA-Agroecologia), Associação Brasileira de Saúde Coletiva (Abrasco), Centro de Referência em Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional (Ceresan/UFRJ), Fórum Brasileiro de Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional (FBSSAN), Grupo de Estudos em Agricultura, Alimentação e Desenvolvimento (Gepad), Instituto Ibirapitanga, Observatório de Políticas de Segurança Alimentar e Nutricional (Opsan/UnB), Observatório de Desenvolvimento Regional (Observa DR), Rede Brasileira de Pesquisa e Gestão em Desenvolvimento Territorial (Rete), Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional (Rede PenSSAN). Cada um dos representantes dessas instituições atua no projeto dentro da área de especialidade, desenvolvendo debates e realizando pesquisas sobre soberania e segurança alimentar, agroecologia, e outros temas.

A Ação Coletiva segue quatro frentes de trabalho

1. Mapeamento de experiências de abastecimento alimentar protagonizadas por organizações da sociedade civil;
2. Construção de um acervo bibliográfico sobre sistemas agroalimentares e a pandemia de covid-19;
3. Realização de seminários virtuais a respeito das transformações em curso nos sistemas agroalimentares;
4. Elaboração de publicações decorrentes da sistematização, análise e registro das experiências, materiais e saberes acumulados nos processos anteriores, voltadas a distintos públicos: agentes de governo, gestores públicos, acadêmicos e sociedade em geral. (AÇÃO, 2020e)

Essa organização visa tomar conhecimento das ações de abastecimento e discutir e compreender suas colaborações para o desenvolvimento de sistemas alimentares sustentáveis. “O propósito é que estas ações, a partir de diferentes parcerias, contribuam para ampliar o debate sobre as transformações necessárias aos sistemas agroalimentares, dar maior visibilidade às experiências em curso e fomentar intercâmbios de práticas e aprendizados.” (AÇÃO, 2020e).

O trabalho da Ação é realizado pelas redes sociais e pelo site, ambientes em que são realizados os seminários e disponibilizados um acervo de textos para formar a biblioteca do projeto e notícias sobre o mapeamento. No site são realizados os cadastros das ações de abastecimento enquanto as redes sociais são as principais plataformas de discussão e contato com o público. Com isso em vista, podemos começar a costurar os projetos e objetivos da Ação Coletiva com as questões já discutidas na pesquisa, passando por diversos pontos sempre tendo o atravessamento da alimentação.

Para realizar esse trabalho faremos uma cartografia, que busca atrelar diversos pontos da pesquisa sem ter em vista um ponto final de reflexão. “O desafio é o de realizar uma

reversão do sentido tradicional de método – não mais um caminhar para alcançar metas prefixadas (metá-hódos), mas o primado do caminhar que traça, no percurso, suas metas.” (PASSOS, BARROS, 2009, p. 17). Sendo este um método que descobre seu caminho ao realizá-lo, englobando a experiência do pesquisador, do objeto, das teorias e práticas da pesquisa.

Os mapeamentos aqui realizados também seguirão os passos da cartografia, fazendo o movimento de descrição, intervenção e criação de subjetividades, segundo Passos e Barros (2009). Além também de trabalhar com a transversalidade, perpassando por diversas questões que de alguma forma estão enredadas na alimentação, que como já visto alcança diversas facetas do social, desde as escolhas diárias, políticas públicas e a formação cultural de uma sociedade. “Operar na transversalidade é considerar esse plano em que a realidade toda se comunica. A cartografia é o acompanhamento do traçado desse plano ou das linhas que o compõem.” (PASSOS E BARROS, 2009, p.27).

Observamos as ações realizadas pela Ação Coletiva pelas lentes das teorias já discutidas até aqui, tendo em vista o contexto social e temporal no qual ela foi criada e está inserida, sem desvincular suas atividades da realidade política e social brasileira. Percorremos todos os passos da Ação Coletiva, observando quais discussões têm sido fomentadas, por quais meios, como têm se mobilizado e organizado frente aos obstáculos à soberania alimentar encontrados durante o período da pandemia. A partir de algumas atividades do movimento, tentaremos articular esses pontos em busca de novas subjetividades sobre a alimentação, novos entendimentos sobre o sistema agroalimentar cujo fomos compelidos a aceitar e participar.

Iniciamos este caminho pelo lançamento da ação, um seminário realizado ao vivo pelo Facebook e a partir disso criaremos relações e conversas com as demais atividades da Ação Coletiva, focando nas problemáticas atuais e nas teorias discutidas até aqui.

4.1 Sistema agroalimentar e pandemia

O lançamento da Ação Coletiva foi realizado no dia 31 de julho de 2020 e assim como todos os seminários, o lançamento foi dividido em quatro etapas, sendo a primeira a apresentação de um artista, a segunda uma fala inspiracional, seguida por um debate entre os convidados que acabará com rodadas de perguntas enviadas pelo público. Nesse primeiro momento foi pontuado as principais atividades da Ação e seu como é seu funcionamento.

Temos o intuito de mapear, identificar, dar visibilidade e fomentar discussões sobre as numerosas e heterogêneas experiências que tem mantido ativo o fluxo de comida de verdade entre o campo e a cidade, materializando o direito humano a uma alimentação adequada e saudável, indicando elementos importantes para repensarmos o sistema alimentar rumo a uma transição mais inclusiva, mais justa e mais ecológica. (AÇÃO, 2020a)

Com essa apresentação, percebemos que a Ação Coletiva vai ao encontro das nossas discussões sobre a aproximação do humano com a natureza, o impacto social, cultural e ecológico do sistema alimentar atual e a necessidade de repensarmos essa estruturação. Quando o movimento se apropria do termo Comida de Verdade ela faz referência ao lema da Conferência de segurança e soberania alimentar de 2015 - Comida de verdade no campo e na cidade por soberania e direitos. O evento aproximou a discussão da população de uma forma clara, percebendo a importância da alimentação na saúde, mas também das relações sociais. (AÇÃO, 2020f)

O momento seguinte é a fala inspiradora de Célia Xakriabá, professora e ativista indígena do povo Xakriabá, que apresenta diversos pontos passíveis de muita reflexão. Ela abre sua apresentação pontuando a importância de se pensar em planos a longo prazo, e não apenas mudanças emergenciais causadas pela pandemia. O longo prazo que Célia apresenta, não é apenas físico, mas ancestral e espiritual, com uma fala voltada à fome não apenas de alimento, mas de uma conexão maior com o mundo.

O longo prazo de Célia pode ser entendido como a necessidade de mudança cultural pois, assim como afirma Laraia (2001), a história da humanidade não está separada da história da natureza. Por mais que o homem queira separar o cultural do natural, nós somos parte do natural e apenas uma parcela da história da natureza. Esse distanciamento do natural vem acontecendo há séculos e precisa ser repensado pelas sociedades capitalistas. Diversas culturas pelo mundo vivem de formas diferentes, com valores de conexão com o natural, porém são culturas consideradas inferiores, em um movimento que não valoriza a multiculturalidade e os diversos saberes existentes fora da ocidentalidade.

Não se pode deixar de assentar a importância da fala de Célia, uma ativista indígena em uma ação que pauta a soberania alimentar e outras formas de pensar o mundo. As comunidades indígenas lutam pela existência e pela liberdade de ser desde 1500, quando o primeiro europeu chegou ao Brasil. Os povos tradicionais possuem uma cultura de cuidado e respeito com o meio em que vivem, porém enfrentam ataques aos seus territórios e a suas culturas, são catequizados e mortos diariamente, em um programa de globalização da subjetividade.

Guattari (1996) já escrevia sobre a forma como o sistema capitalista anseia pela uniformização da subjetividade, a construção de uma forma única de viver e produzir. Os povos tradicionais, no Brasil, se encaixam no que Guattari (1996) descreve como minorias, aquelas que não entram nas normas dominantes e reivindicam suas próprias subjetividades, não compartilhando dos valores hegemônicos. Porém a negação à subjetividade hegemônica é combatida com violência e coerção pela sociedade política, que faz uso desses artificios para a manutenção da hegemonia do pensamento (MORAES, 1997).

Segundo Relatório Violência Contra os Povos Indígenas do Brasil – dados de 2019 (CIMI, 2020) a violência contra comunidades indígenas se intensificou desde 2019, devido a políticas, incitadas pelo presidente Jair Bolsonaro, que enfraquecem a proteção de seus territórios visando a passagem dessas terras para o uso do agronegócio, madeiras e mineradoras. O relatório aponta em especial o aumento de casos de invasões possessórias, exploração ilegal de recursos e danos ao patrimônio, que, de 109 casos registrados em 2018, saltou para 256 casos em 2019.” e também

o aumento de casos quase dobrou, em comparação com 2018, em outras 5 categorias[...] “conflitos territoriais”, que passou de 11 para 35 casos em 2019; “ameaça de morte”, que passou de 8 para 33; “ameaças várias”, que foi de 14 para 34 casos; lesões corporais dolosas”, que quase triplicou o número de registros, de 5 para 13; e “mortes por desassistência”, que de um total de 11, em 2018, foi para 31 casos, em 2019.” (CIMI, 2020)

Esses dados nos ajudam a contextualizar a situação dessas comunidades durante a pandemia do Coronavírus. No ano de 2020 tivemos conhecimento de múltiplas invasões a terras indígenas, que por conta da precarização dos órgão de proteção, em uma tentativa de barrar a disseminação do vírus, deu espaço para violações e invasões a essas terras.

É importante ressaltar esse ponto já que, segundo Célia, atualmente a população indígena compõe apenas 5% da população mundial, porém é responsável pela proteção de 82% da biodiversidade do planeta. Como protetores da terra, a invasão dos territórios indígenas é um ataque não só a esses povos, mas a todos os seres vivos, que dependem integralmente da natureza para a sobrevivência.

Mostrou-se em pesquisa realizada pelo Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (2020) que 11.089 km² foram desmatados na Amazônia em 2020, número 9,5% maior do que em 2019. O número é resultado de ações governamentais que, desde 2019,

- enfraqueceu a atuação do Ibama na fiscalização, levando o tema a ser alvo de ação na Justiça Federal;
- facilitou a exportação de madeira ilegal;

- foi questionado por países que cobram a eliminação do desmatamento das cadeias de produtos agrícolas vendidos para a Europa; empresas também cobraram a redução do desmate para manter negócios com o Brasil;
- apostou na presença do Exército, embora operação seja mais cara do que a presença dos fiscais;
- incentivou a ação de garimpeiros na região;
- e entre outros pontos, mantém paralisados R\$ 2,9 bilhões do Fundo Amazônia antes usados também em ações de fiscalização. (DANTAS, 2020).

Essas ações do governamentais são exemplo da coerção exercida em prol da hegemonia do agro. O processo de hegemonia é uma constante disputa de poder entre uma ideologia dominante e diversas outras ideologias que procuram se afirmar (MORAES, 2010). O agro é atualmente o sistema hegemônico de alimentação global e para se estabelecer como tal usa a coerção contra grupos que se mobilizam para a constituição de novos sistemas alimentares ou pelo resgate e fortalecimento de sistemas já existentes, como é o caso dos povos tradicionais.

Mas não é apenas pela coerção exercida pela sociedade política que a hegemonia é mantida. A sociedade civil também é parte da disputa de sentidos na sociedade. Tanto os fazendeiros, mineradores, quanto os povos tradicionais e defensores ambientais constroem formas de manter ou alterar o quadro hegemônico, seja pela construção de narrativas e discursos, ou pela luta pelo território.

Voltando a fala de Célia que reflete sobre as formas que àqueles que não fazem parte da humanidade criada nesse projeto de desenvolvimento são atacados, “a covid-19 mata, a fome mata, a ausência do estado brasileiro mata, o veneno mata, a mineração mata.” (AÇÃO, 2020a). A partir disso percebemos que a fome é apenas uma das formas de opressão capitalista, mas que a operação ocorre em todos os níveis. Ir contra a subjetividade capitalista é negar a aceitação dessas opressões e pensar saídas para tais, estratégias que começam na mobilização pelas lutas territoriais e contra os massacres aos corpos indígenas. Reconhecendo isso, retornamos para a humanidade, que excluindo uma parcela da população do reconhecimento deixa de ser humanidade.

Essa humanidade vem sendo negada a milhares de indígenas que enfrentaram e ainda enfrentam ataques, inclusive em momentos como a pandemia. Humanidade que é criticada por Krenak (2019) pois é baseada em uma única forma de entender o mundo, o desenvolvimento. Humanidade que entrou em contato com os povos tradicionais por meio da colonização, negando e matando milhões de formas de vida que destoavam do sistema progressista almejado pelos países do Primeiro Mundo.

É uma marca do Antropoceno, do domínio do homem sobre a natureza que é vista como recurso. A morte de formas de vida que não se encaixam na humanidade acarreta na

perda de biodiversidade do planeta e da vida. Enquanto nos afastamos do organismo que é a terra, não há futuro. “A ideia de nós, os humanos, nos descolarmos da terra, vivendo uma abstração civilizatória, é absurda. Ela suprime a diversidade, nega a pluralidade das formas de vida, de existência e de hábitos.” (KRENAK, 2019, p. 13).

A pluralidade citada por Krenak (2019) é cada vez mais ameaçada e Célia questiona essa unificação guiada pela má distribuição de terra do Brasil, que pertence, em grande parte, aos representantes do agronegócio brasileiro “porque 1% da bancada do agronegócio, da morte, detém em torno de 46% do território privatizado para envenenar os povos e comunidades tradicionais e a sociedade brasileira?” (AÇÃO, 2020a). É a partir desse questionamento que nos voltamos ao papel do agronegócio no cenário brasileiro atual. Juntamente às madeireiras e mineradoras, o agronegócio tem forte participação na política e é responsável por diversos danos sociais e ambientais em prol do crescimento econômico.

A busca pelo crescimento econômico disfarçada pela máxima do desenvolvimento vem sendo construída desde o século 19, e teve como prólogo a revolução industrial, que alterou as formas de produção. A subjetividade capitalista foi baseada na ideia do crescimento rumo ao desenvolvimento, na eterna reprodução e globalização dos meios de produção. Canclini (1990) escreveu sobre como a desregularização e privatização levou o poder às empresas transnacionais, que atualmente comandam a produção material e cultural. A construção da subjetividade foi subordinada “a critérios empresariais de lucro, assim como a um ordenamento global que desterritorializa seus conteúdos e suas formas de consumo” (CANCLINI, 1990, p.29).

A manutenção desse sistema de produção agroalimentar é estimulada pelo governo atual, do presidente Jair Bolsonaro que, por diversas vezes, comentou sobre a importância do agronegócio para a economia brasileira, já até afirmando que é a “locomotiva da economia”. Ao mesmo tempo, o presidente nega o impacto dessa produção na natureza, “Não é da forma como eles dizem que nós tratamos (o agronegócio). Forma mentirosa, que nós tocamos fogo em tudo. Nós não plantamos na Amazônia. E criticam falando que estamos fazendo derrubada na Amazônia. Críticas infundadas, têm objetivo comercial.” (ESTADÃO, 2020a), comentário mentiroso, como já podemos perceber pelas pesquisas aqui mostradas, que comprovam o aumento do desmatamento da floresta.

Em 2020 também pudemos acompanhar a queimada do Pantanal, que levou 23 mil km² a serem consumidos pelo fogo, número maior que o acumulado dos últimos 18 anos. As queimadas tiveram vários pontos de início e as investigações da polícia federal indicam que em 4 propriedades diferentes, os incêndios começaram em horários próximos, além de

existirem indícios de que foram iniciadas por ação humana. Segundo Ribeiro (2020) os investigadores recolheram depoimentos que dificultavam a defesa dos fazendeiros. Fazendeiros esses que representam o agronegócio, que mesmo com a pandemia de covid-19, afetando a economia mundial, conseguiram encerrar o ano com crescimento de 9% no Produto Interno Bruto (PIB), frente a 2019, somando R\$ 1,75 trilhão. Esse dinheiro e crescimento vem acompanhado pelas queimadas, pelas invasões e mortes indígenas, pelo envenenamento de comunidades rurais e claro pela ajuda do governo.

O fogo que foi imprescindível para moldar nossa culturas e a relação do ser humano com o alimento, por meio do cozimento e das reuniões em torno da fogueira, o fogo que foi responsável pelo primeiro uso da natureza como combustível, esse mesmo fogo é utilizado por esses fazendeiros para matar, reafirmando Lima (2015), o fogo foi, e ainda é responsável pela separação entre homem e natureza, reafirmando sua superioridade. E nos casos das queimadas, não apenas sobre o meio ambiente, mas sobre outras culturas, outras formas de vida. A superioridade do homem simbolizada pelo fogo toma novos patamares.

E não é apenas o desmatamento que Bolsonaro ignora, a demarcação de terras indígenas também é alvo do governo que “deixou claro que nenhuma área foi demarcada e que há projetos para exploração de terreno indígena, caso assim, os índios queiram” (SOARES, 2020) depois de lembrar sobre as recomendações de Emmanuel Macron, presidente da França, sobre o aumento de 12% para 20% de áreas demarcadas¹.

São discursos e mais discursos acompanhados de ações de desvalorização dos territórios indígenas em prol do agronegócio, como a discussão sobre a fusão do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente (IBAMA) e dos recursos naturais renováveis com Instituto Chico Mendes de conservação da biodiversidade (ICMbio), que está em pauta desde outubro de 2020 e caso seja aprovada trará prejuízos aos dois órgãos de proteção,

Tal fusão dificultaria a agilidade dos processos, a integração dos sistemas, a divisão do orçamento e de pessoal - que já são insuficientes - comprometendo seus resultados [...] A fusão significa retrocesso, descontinuidade das conquistas de cada uma das instituições e diminuição da sua eficácia de gestão, resultaria ainda em uma possível paralisação de atividades a curto prazo (PÁDUA, PELLIN E PRADO, 2021).

¹ O presidente Bolsonaro declara que não acredita na boa intenção de outros países quando se trata da Amazônia afirmando que nada é de graça e deve haver algum interesse por trás da preocupação com a floresta. Por um lado a fala de Bolsonaro realmente vai de encontro com as discussões aqui propostas, no sentido da importância da soberania sobre o nosso território, porém a partir disso, Bolsonaro distorce a questão e se volta para a eterna busca de progresso econômico, já que a refuta às falas internacionais não gera ações de proteção territorial, mas sim de venda de terras e permissão para fazendeiros continuarem destruindo e desmatando, expulsando e assassinando povos indígenas, em um projeto de privatização das florestas e não de incentivo à soberania.

Essa proposta foi tida por Bolsonaro como uma forma de facilitar o uso das terras pelo agronegócio. “Relembrem como há pouco tempo o ICMBio e o Ibama tratavam vocês e como esse tratamento hoje em dia é dispensado. Nós não criamos dificuldades para vender facilidade” (SOARES, 2020). Antes de finalizar sua participação, Célia diz que “o governo brasileiro tenta implantar um movimento de agriculturação.” (AÇÃO, 2020a) e é nesse tom que se iniciam as discussões seguintes.

A convidada Elisabetta Recine, professora da Universidade de Brasília e integrante do comitê gestor da Comida de Verdade, é questionada sobre um pronunciamento realizado no começo da pandemia de que esse seria o pior momento para lidar com uma pandemia por conta da falta de articulação de políticas públicas dos últimos anos. Como última presidenta do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA), antes de sua desativação, no primeiro dia do governo Bolsonaro, após anos de desmonte, Elisabetta diz que não imaginava que tal situação seria tão real depois de quatro meses de pandemia. As políticas públicas são a base para o bom funcionamento do estado e para proporcionar condições básicas de vida. O Brasil passa por um momento político de desmonte de políticas socioambientais, e um governo que mostra claro desinteresse na saúde e soberania alimentar da população.

O aumento da população em situação de extrema pobreza e fome comprova o desprezo do governo pelas políticas que assegurem os direitos humanos. Em meio a pandemia, os brasileiros passam por um momento de insegurança econômica, com milhares de famílias vivendo em situação de extrema pobreza e com o aumento do preço dos alimentos a fome pode ser agravada. A pesquisa realizada pelo Pnad afirma que em 2019, 13,88 milhões de brasileiros viviam em condição de pobreza extrema, cerca de 170 mil a mais do que em 2018, número que vem aumentando nos últimos 5 anos (LUPION, 2020). O aumento nesses números tem consequência direta no aumento da fome. O IBGE divulgou pesquisa realizada entre 2017-2018, que aponta 5% da população vivendo em lares com insegurança alimentar grave, porcentagem mínima para a entrada de países no Mapa da Fome, o número é mais agravante no meio rural, onde a fome alcança 7% da população (ESTADÃO, 2020b). E por cima disso temos um presidente negacionista que afirmou em entrevista que “Falar que se passa fome no Brasil é uma grande mentira. Passa-se mal, não come bem. Aí eu concordo. Agora, passar fome, não. Você não vê gente pobre pelas ruas com físico esquelético como a gente vê em alguns outros países por aí pelo mundo” (BOLSONARO, 2019)

Outro fator importante é o aumento do preço dos itens básicos de alimentação, que de acordo com dados do IBGE, nos oito primeiros meses de 2020, o preço do arroz foi acrescido

em 19,25%, o do feijão preto 28,92%, o do carioca 12,12% e o do óleo de soja 18,63%. A alta dos preços é um reflexo da diminuição dos estoques nacionais de grãos, que vem ocorrendo desde 2017 e ajudam no controle dos preços (CASTRO, 2020). O estoque público de grãos é realizado pela Companhia Nacional de Abastecimento (Conab) e tem como função “executar a política governamental de intervenção no mercado para garantir o preço e a renda do produtor, bem como sua administração e manutenção a fim de regular o abastecimento interno, comercializando os estoques na entressafra para atenuar as oscilações de preço.” (CONAB, 2021).

Os estoques são feitos em momentos em que o preço dos grãos estão abaixo do mercado, cobrindo apenas os gastos para a produção, porém na última década os estoques públicos tiveram uma queda de 96% na média anual. Com a falta de estoque, os preços ficam “à mercê de intempéries, oscilações cambiais ou queda na oferta de determinado produto no mercado internacional.” (VASCONCELLOS, 2020). Além de ser um risco para a população brasileira de baixa renda, que com o aumento dos preços enfrenta dificuldade de acessar itens básicos de alimentação, enfraquecendo as políticas de segurança alimentar, que são poucas e falhas.

O que esses dados mostram é a confirmação do medo de Elizabetta, a pandemia veio em um momento de fragilidade do povo brasileiro, que está nas mãos de um governo que vem desmontando políticas públicas desde o início do mandato e que são reforçadas em um cenário pandêmico de crise geral. Carneiro (2013) afirmava que a industrialização da agricultura e a forma de produção globalizada favorecia particularmente os países que iniciaram a produção tecnológica, mas transformava os países “subdesenvolvidos” em extensas monoculturas para exportação, ajudando no fortalecimento da economia dos países de primeiro mundo, enquanto as condições de vida nacionais declinam.

Favaretto, sociólogo e doutor em Ciência Ambiental, docente da Universidade de Brasília, durante o segundo seminário da Ação Coletiva trouxe esse tópico como uma urgência no fortalecimento da agricultura nacional, de pequenos agricultores locais para o crescimento econômico e o auto sustento de comunidades dependentes da agricultura

quando a gente valoriza produtos locais criamos oportunidade para que uma parte da renda produzida da agricultura seja retida nos próprios territórios, [...] no caso dos sistemas alimentares localizados não, eles se apoiam na valorização dos laços inseparavelmente sociais e econômicos entre produtores, consumidores e em alguns casos a rede do comércio local, portanto, há aí a oportunidade de valorizar economicamente o território. (AÇÃO, 2020d).

O sistema agroalimentar vigente causa impacto na vida dos povos tradicionais e da população campezina, agentes extremamente necessários para alcançar a soberania. É pelo trabalho campezino que a comida de verdade chega à mesa do brasileiro e é esse trabalho que mantém a diversidade de subjetividades alimentares existentes hoje no território brasileiro. É esse trabalho que devemos valorizar e fortalecer. Já com as grandes corporações agroalimentares esse movimento é impossível, não temos rostos, nem nomes, temos veneno e destruição cultural, social e ambiental.

Desde os primórdios, a história da alimentação está entrelaçada com a história do território. A agricultura e a domesticação animal surgem quando a humanidade deixa a vida nômade e se estabelece em um território. “A expansão da humanidade deveu-se à capacidade de se obter o máximo de alimentos no menor território possível [...] pois é a ‘aptidão para produzir alimentos que proporciona o mapa das densidades’ e ‘a desigualdade das rentabilidades é o mediador principal das desigualdades dos habitantes” (CARNEIRO, 2013, p.47, grifo do autor). É necessária uma redemocratização da terra, é necessária a autonomia dos povos de prover seu próprio alimento, sem veneno, sem exploração.

É a partir dessa ligação entre o território e alimentação que Favareto (AÇÃO, 2020d) afirma que nossos afetos culinários são fruto da diversidade de hábitos e vida do Brasil e portanto, para mantermos nossos costumes e histórias, para mantermos a biodiversidade e resolvermos o problema da conservação ambiental nós precisamos valorizar esses hábitos diversos e as diferenças culturais do Brasil. Esse movimento não se faz com o agro, que se baseia na desterritorialização de comunidades e culturas, mas com fortalecimento de movimentos de fortalecimento aos agricultores e de resgate de identidade e história do campo.

O Brasil é o país com maior biodiversidade do planeta, o ICMBio faz o trabalho de proteção de 171.424.192km² de florestas e 12.262 espécies (ICMBIO, 2020). Em 2010 foram definidas 20 metas entre 193 países, incluindo o Brasil, para controlar a perda de diversidade do planeta até 2020, as Metas de Aichi foram analisadas no quinto relatório Panorama da Biodiversidade Global publicado pela Convenção das Nações Unidas sobre Diversidade Biológica, em que foram apontadas que apenas 6 metas foram parcialmente alcançadas (ECODEBATE, 2020). O fracasso dos países em alcançar as metas é um reflexo da falta de projetos que tenham a preservação do meio ambiente como foco, pois não apenas as organizações e ministérios relacionados ao meio ambiente precisam pensar nessas questões, mas também setores relacionados a transporte, energia, mineração e agricultura precisam repensar suas formas de agir para alcançar uma mudança do cenário.

A falta de conexão do alimento com o território afeta o meio ambiente de diversas formas, não apenas na biodiversidade como também no gasto de recursos e energia necessário para sua produção, “o consumo de produtos produzidos no território ou na sua cercanias evita o deslocamento de grandes distâncias dos produtos alimentares, e vale lembrar que hoje 50% da produção de gases responsáveis pelo aquecimento global vem do setor agroalimentar” (AÇÃO, 2020f).

O setor agroalimentar é um reflexo do efeito que a tecnologia e o desenvolvimento geraram na sociedade. Lima (2015) diz sobre a homogeneização da alimentação pelas formas de produção e consumo globalizada, que tem as commodities como item central da produção, podendo ser considerada um símbolo da sociedade de consumo, que não diz respeito apenas a produção material, mas a produção da subjetividade capitalista. A história desse consumo simbólico remete a globalização e uniformização das formas de produção. O consumo, como afirma Canclini (1990) não está apenas na etapa de compra do produto, mas em toda sua cadeia de produção, ele diz respeito à reprodução da força de trabalho e da produção de desigualdade consequente disso.

As commodities não são apenas um produto de valor no mercado econômico, mas são uma potência no ciclo agroalimentar, elas são o início da cadeia produtiva, o primeiro contato da indústria com a semente. É a partir delas que todo o valor simbólico é criado. As commodities representam a predominância da economia e cultura ocidental frente aos saberes tradicionais de plantio e manejo da terra, representam a globalização e a potência da ideia desenvolvimentista e uniformizante das formas de vida e a perda da diversidade de hábitos e culturas.

Segundo Favareto, o sistema agroalimentar precisa dialogar com a variedade de hábitos que temos no Brasil “Isso é o contrário do que faz a produção de commodities, é apagar as experiências e transformar tudo em um produto padronizado, uniformizado e, portanto, sem vínculos com os territórios.” (AÇÃO, 2020f). A própria definição de commodity já deixa claro sua característica uniformizante e globalizada, já que são produtos negociados no mercado internacional, com uma ampla gama de vendedores e consumidores, não perecíveis e pouco ou nenhum grau de industrialização, pois são usadas principalmente como matéria prima (STONEX, 2020).

As commodities agrícolas, como o trigo, milho e a soja são em sua grande maioria produzidas e vendidas por transnacionais que dominam o mercado há décadas, como a Monsanto e a Bayer. O controle do mercado por poucas empresas comprova a perda do peso do poder do Estado e de órgãos nacionais para conglomerados transnacionais, prevista por

Canclini (1990). Esses conglomerados colocam a população no papel de consumidor, em que, apenas participando do processo produtivo você é um cidadão, caso contrário, lhe é negada a humanidade, e os direitos que a acompanham.

Isso ocorre principalmente nos países periféricos, que segundo Canclini (1990) priva de seus direitos humanos básicos como alimentação, moradia e saúde aqueles que não se encaixam na cadeia produtiva, além desses não serem capazes de decidir sobre a própria cadeia de proteção, ficando a mercê do sistema. Os benefícios da globalização são aproveitados pelas elites globais, para os outros é um espetáculo e desejo de consumo (CANCLINI, 1990, p.30).

As transnacionais do agro, que produzem não apenas as sementes como também os agrotóxicos, desenvolvem tecnologias para o aumento da produção, como a transgenia e o uso de produtos químicos. No Brasil o órgão que regulamenta o uso de Organismos Geneticamente Modificados (OGMs) ou transgênicos, a Comissão Técnica Nacional de Biossegurança (CTNBio) modificou as normas de liberação de uso desses organismos, aprovando a liberação comercial para aqueles que apresentam “risco negligenciável”, ou seja, que o dano causado seja reduzido ou desprezível no tempo de uso comercial. Porém na Instrução Normativa que abre essa concessão não se considera quais critérios de decisão para o que é ou deixa de ser negligenciável, deixando em aberto quais riscos corremos. (LACERDA, 2020).

Riscos esses que não são explicados em lugar nenhum, já que os estudos sobre o uso de transgênicos não são conclusivos, impossibilitando a compreensão do efeito do uso dessas sementes a longo prazo. O que se sabe é que os OGMs vêm acompanhados pelo uso intensivo de agrotóxicos. Que, segundo Lacerda (2020), é jogado nas lavouras transgênicas em grande escala, já que não há problema no contato entre as plantas modificadas e o veneno, que é absorvido por todo organismo formado por água.

Desde 2016 o Brasil bateu recorde na liberação de agrotóxico todo ano. Em 2020 foram liberados 493 novos agrotóxicos, somando 967 desde o início do mandato de Bolsonaro. “A maioria dos produtos liberados em 2020 são os chamados genéricos [...] na prática, isso significa que esses agrotóxicos vão circular mais pela indústria agropecuária e podem ser utilizados por mais empresas.” (SOARES, 2020). Porém 25 substâncias liberadas são avaliadas pela Anvisa, segundo Soares (2020), como tóxicas em algum nível para a saúde humana, já para o meio ambiente são 251 substâncias consideradas perigosas.

A pesquisa realizada pela Agência Pública e Repórter Brasil revelou “que ocorreram 45,7 mil atendimentos de intoxicações por agrotóxico entre 2010 e 2019. Em 29,4 mil (casos)

foi confirmado a relação da intoxicação com o contato a um agrotóxico” (FONSECA, GRIGORI E LAVOR, 2020). A mesma pesquisa divulgou que o glifosato e paraquate, dois dos químicos mais usados no Brasil, contaminaram e levaram à morte 214 brasileiros por intoxicação na última década.

Esses números não contam toda a história já que segundo a Organização Mundial da Saúde “para cada caso notificado de intoxicação, existem outros 50 não computados. Com isso, os números de intoxicações por agrotóxico no Brasil superariam 1,4 milhões em uma década.”. E mesmo com dados alarmantes como esses, o governo federal liberou em 2020, uma “aprovação tácita” de substâncias químicas quando não houvesse parecer técnico no prazo de 60 dias (BRASIL, 2020a). A portaria foi derrubada após questionamento do Psol e da Rede Sustentabilidade sobre os perigos à saúde que a norma causaria.

O Brasil é o segundo maior comprador de agrotóxicos proibidos na Europa, que são usados na produção de alimentos que são exportados para lá

São 41 tipos diferentes de agrotóxicos proibidos dentro do bloco europeu, mas autorizados para fabricação e exportação. Dentre os motivos que levaram a União Europeia a proibi-los estão evidências sobre sua relação com infertilidade, malformações de bebês, câncer, contaminação da água e toxicidade para animais, como as abelhas.” (FREITAS, ARANHA E CABETTE, 2020).

São as brechas na lei e a falta de controle do uso desses produtos que permitem que continuem sendo aprovados, mesmo tendo conhecimento sobre seus malefícios à saúde do homem e do meio ambiente. O Lobby do agro no Brasil é forte com representantes dentro do governo, na chamada Bancada Ruralista que, segundo Grigori (2021) tem entre suas pautas prioritárias o Projeto de Lei conhecido como PL do Veneno, que pretende flexibilizar a aprovação de novos agrotóxicos e encontrar abertura para reverter a atual proibição de outros.

E os riscos não entram na mesa do brasileiro apenas pelos agrotóxicos e transgênicos. a insegurança alimentar vem de todas as etapas de produção alimentar. Nas periferias, por exemplo, o maior perigo são os alimentos ultraprocessados. Que segundo pesquisa realizada pelo Núcleo de Pesquisas Epidemiológicas em Nutrição e Saúde (NUPENS-USP, 2020) aumentam em 26% o risco de obesidade, em 79% o risco de síndrome metabólica, em 29% a 34% o risco de doenças cardiovasculares e em 25% o risco de mortalidade por todas as causas.

Esse risco está mais presente nas periferias brasileiras por conta dos preços acessíveis desse tipo de produto alimentício em comparação com alimentos naturais e pela falta de informação sobre os malefícios desse tipo de produto. Em pesquisa realizada pelo Datafolha, encomendada pelo Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor (2020), apontou aumento no

consumo de ultraprocessados por toda a população. O estudo realizado entre pessoas de 18 a 55 pessoas mostrou que, de 2019 a 2020, houve um aumento de 9% no consumo de salsicha, linguiça, mortadela e outros embutidos e também no uso de margarina, maionese, ketchup e outros molhos entre pessoas que estudaram até o fundamental. Em relação à moradia, pode-se perceber a redução do consumo de pelo menos uma fruta, que nos municípios do interior caiu de 68% para 62% e na região Nordeste caiu de 72% para 64%.

Em dados divulgados pelo Ministério da Saúde também podemos perceber um certo perfil que é mais afetado pela falta de políticas públicas de segurança alimentar. Na pesquisa mostrou-se que a anemia falciforme está presente em 2% a 6% da população branca, enquanto 6% a 10% da população negra é acometida pela doença. A diabetes tipo II acomete 50% a mais mulheres negras do que pessoas brancas (BENTES, 2020).

“As grandes redes de supermercado crescem muito, inclusive nas pequenas cidades e a gente sabe que isso tem um investimento muito grande dos impérios de alimentos, que todo mundo come o que as grandes empresas produzem e acho que esse é o grande desafio.” (AÇÃO, 2020f). A fala de Roselita durante o seminário é confirmada pelos números de faturamento das grandes redes de varejo como o Grupo Pão de Açúcar, que por ser um serviço essencial, não fechou em nenhum momento da pandemia e teve um aumento de 58% na receita de 2020 em comparação a de 2019, as compras online nesse grupo também tiveram um crescimento de 272% em 2020. (JANKAVSKI, 2020).

As compras nos supermercados, principalmente de alimentos ultraprocessados, vem ancorada em diversas campanhas publicitárias que mostram os benefícios desses alimentos e trabalham na produção de rótulos cada vez mais atrativos para os clientes. São diversas narrativas construídas por empresas e governo que buscam atrair o consumidor para determinado tipo de produto. A Anvisa, por exemplo, aprovou uma nova rotulagem para alimentos, que visa deixar mais claro os ingredientes presentes no produto. Mesmo que seja um avanço, a rotulagem ainda não é a melhor. Até 2020 não havia regulamentação para a indicação de altas quantidades de açúcar, gordura e sal, principais compostos dos ultraprocessados.

A discussão sobre rotulagem vem desde 2014, e o IDEC apresentou o modelo mais eficaz para o entendimento, os triângulos de advertência, que consistem em “triângulos pretos com mensagens simples e diretas sobre o excesso de sódio, açúcar, gorduras saturadas e totais, além de apontar para a existência de adoçantes e gorduras trans” (NUPENS-USP, 2020b). Porém, esse não foi o modelo adotado pela Anvisa, que optou por um símbolo de

lupa na parte frontal da embalagem apontando o alto teor de açúcares adicionados, gorduras saturadas e sódio (ANVISA, 2020).

É essa narrativa falha e a falta de compromisso com a informação sobre a alimentação que leva à insegurança alimentar. O Brasil possui o Guia Alimentar para a População Brasileira, um documento que é referência nacional e internacional pela forma como classifica os alimentos saudáveis pelo grau de processamento. O Guia foi construído visando auxiliar e guiar a construção de políticas públicas que fortalecesse e valorizassem a segurança alimentar e nutricional do brasileiro. Porém Tereza Cristina, a Ministra da Agricultura, Pecuária e Abastecimento levou ao ministro da Saúde, Eduardo Pazuello um ofício pedindo a revisão do Guia.

O ofício é acompanhado de uma nota técnica que tenta negar as evidências científicas que atestam os malefícios à saúde provocados pelos produtos ultraprocessados. [...] a nota do Ministério da Agricultura chega a afirmar que atualmente o Guia brasileiro é considerado um dos piores [do planeta] (MARTINS, 2020).

O ataque ao Guia Alimentar não foi bem recebido por cientistas e instituições de pesquisa, que elaboraram notas em defesa, lembrando as considerações de órgãos técnicos como a FAO, OMS e UNICEF, que tem o Guia como um exemplo e expondo a falta de embasamento científico para a elaboração do ofício que tenta desacreditar o Guia. (MARTINS, 2020).

Ao mesmo tempo que se tenta desacreditar o Guia Alimentar, um ataque a narrativa contra-hegemônica, entidades rurais se uniram para tentar censurar os livros didáticos, em um movimento semelhante ao Escola sem Partido, “Sindicatos rurais, associações de produtores e até a Frente Parlamentar da Agropecuária [...] querem varrer dos materiais pedagógicos conteúdos que mostrem os impactos negativos da atividade (agronegócio)”. (OLIVEIRA, 2021). A idéia é retirar da educação escolar qualquer texto que vincule o agronegócio ao desmatamento ilegal, às queimadas e aos danos ambientais e à saúde causado pelo mesmo. Essa tentativa de censura mostra até onde as forças hegemônicas estão dispostas a ir para manter seu lugar de controle de subjetividade.

“Infelizmente hoje nós somos muito bombardeado por forças do marketing político, de mercado das grandes empresas, então a gente tem que se unir” (AÇÃO, 2020f) A necessidade de definir um inimigo comum e unir discursos é extremamente necessário em um momento em que a diversidade de subjetividades está a um passo de ser extinta. É o momento em que precisa-se repensar a forma como vivemos e produzimos, o que não vem acontecendo. Já que os debates públicos se colocam em um lugar de retomada do crescimento econômico, ao invés

de refletir sobre aproveitar o patrimônio brasileiro, a sustentabilidade, a ancestralidade e a comida, como uma forma de futuro e na criação de novos discursos.

4.2 Arando a terra do futuro

A Ação Coletiva Comida de Verdade é um movimento de muita potência para os estudos futuros sobre soberania e segurança alimentar, unindo o mapeamento de ações que unem o campo e cidade com o fomento à discussão sobre diversos âmbitos do sistema alimentar atual e a educação da população sobre o assunto. Foi escolhida para o presente estudo pela diversidade de discursos e opções para a construção de uma nova cultura brasileira baseada em novas formas de produzir e consumir. Além das discussões promovidas pelos seminários já discutidos aqui, a Ação organiza também um acervo bibliográfico que pretende disponibilizar a quem interessar o contato com materiais que expandem o conhecimento sobre os sistemas agroalimentares e a pandemia. Como também entender a importância e complexidade desse movimento de mudança estrutural.

É urgente a formulação de novos discursos sobre alimentação no Brasil, Jorge Romano, docente da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro e doutor em Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade, durante o quarto seminário da ação, trouxe a importância dessa construção de uma nova comunicação e da identificação de estratégias na comunicação do agronegócio, suas narrativas e formas. A partir desse estudo dos discursos hegemônicos podemos traçar caminhos para a comunicação contra-hegemônica e aproximar as pessoas do campo e da cidade para construir juntos essa nova cultura alimentar. “Temos que construir e expressar um discurso que crie empatia e emoção através de valores segundo que expresse claro a razão de nossas propostas e finalmente identifique no agronegócio os limites para a implementação dos valores e da razão compartilhada.” (AÇÃO, 2020d)

As narrativas são essenciais para a construção do imaginário social, é a partir dos discursos que os consumidores interpretam o mundo à sua volta, e “são capazes ou não de reagir e de modificar suas práticas alimentares” (AÇÃO, 2020d). Porque apesar da intensa globalização, os consumidores ainda são cidadãos, mas precisam lembrar desse princípio ativo de mudança presente em cada escolha individual e coletiva.

Mesmo com um governo que não se mobiliza pela soberania e segurança alimentar da população e que não promove discursos claros sobre o assunto, é possível desenvolver ações que conversem com a população mostrando novas formas de se alimentar e novos mundos

para viver. A Ação Coletiva é uma formação da sociedade civil que nasce no cenário pandêmico para fomentar novos discursos, e pelo fato de exercer uma comunicação autônoma, já é um movimento social, que “são de fato uma grande força de mudança na sociedade, é por meio deles que a população consegue se articular e reivindicar o que lhe pertence por direito, liberdade” (MORAES, 2010). E assim como afirma Moraes (2010), intente na mudança dos valores estabelecidos, agregando grupos diferentes em apoio à uma causa por meio de novos pontos de vista baseados em argumentos e persuasão.

Toda revolução foi precedida por um intenso e continuado trabalho de crítica, de penetração cultural, de impregnação de idéias em agregados de homens que eram inicialmente refratários e que só pensavam em resolver por si mesmos, dia a dia, hora a hora, seus próprios problemas econômicos e políticos, sem vínculos de solidariedade com os que se encontravam na mesma situação. (GRAMSCI apud MORAES, 2010, p. 56).

É esse intenso e continuado trabalho que a Ação Coletiva vem desenvolvendo, unindo grupos de agricultores, consumidores, pesquisadores, povos tradicionais e qualquer pessoa que tenha interesse em discutir novos sistemas alimentares. O desafio, como disse Favareto (2020), é articular o pequeno enquanto se pensa grande, é construir união entre atores variados em busca de uma mudança no funcionamento do sistema agroalimentar pregando sustentabilidade e inclusão ao longo do processo e visando uma transformação da realidade.

A Ação Coletiva foi escolhida como objeto pelo seu potencial de comprovar vários âmbitos dessa pesquisa, um dos que se mostrou muito presente durante o desenvolvimento da Ação foi a mobilização em rede. Os encontros presenciais foram impossíveis de acontecer entre os participantes da Ação, todas as discussões foram realizadas pela internet e cada participante estava fisicamente afastado dos demais. A Ação contou com diferentes grupos de pessoas, que trabalham em diferentes áreas, mas que tem um elo pela transversalidade da comida.

E são essas características que constroem um movimento em rede, a pluralidade de vozes, mas sempre com um objetivo comum. “O processo de construção de significado caracteriza-se por um grande volume de diversidade” (CASTELLS, 2013, p.09). A Ação coletiva desenvolve a autocomunicação de massa, que é, ao mesmo tempo, comunicação de massa, já que atinge muitos grupos de pessoas e autocomunicação, pelo controle do remetente do direcionamento do que se veicula e das discussões que acontece naquele espaço (CASTELLS, 2013, p. 09).

Outro ponto potente da comunicação que se estabelece na Ação é a participação ativa dos espectadores, que podem a todo momento mandar perguntas e considerações sobre os

seminários, que são respondidos e comentados pelos participantes da roda de conversa, oferecendo assim “a possibilidade de deliberar sobre e coordenar as ações de forma amplamente desimpedida” (CASTELLS, 2013). As redes reconfiguram os movimentos sociais, quanto mais autônoma e interativa a comunicação de um movimento, menos hierárquico e mais engajado serão os interessados na pauta. “Quanto mais as ideias são geradas de dentro do movimento, com base na experiência dos participantes, mais representativo, entusiástico e esperançoso será ele” (CASTELLS, 2013, p.16).

Pela dificuldade da presença, a pandemia gerou muito movimento pelas redes e houve mobilização e conexão entre muitos agentes de mudança “Vejo que desde o começo da pandemia que possibilitou um maior contato com as pessoas online, as redes de contato começaram a se tocar, num ponto e no outro.” (AÇÃO, 2020c). Mas essas conexões feitas, por mais importantes, precisam ser mantidas e transformadas em propostas para avançar nesse movimento coletivo.

Roselita Vitor finalizou sua participação no segundo seminário falando no poder da articulação em rede no fortalecimento da relação entre o campo e a cidade “juntos, fortalecendo conexões podemos construir um mundo melhor, eu acredito no fortalecimento de redes, que nos ajudem a fortalecer nossas experiências e protagoniza-las para dentro e para fora” (AÇÃO, 2020c). E é esse protagonismo do povo a chave para a construção de um movimento contra-hegemônico, já que segundo Castells (2013) é a emoção e a luta individual que impulsionam o desenvolvimento de ideologias e propostas de ação.

A construção desse espaço, dessa rede de comunicação é o ponto central da luta contra-hegemônica, que formada pela sociedade civil tem na educação sua maior arma de aderência popular. É com a divulgação de ideias e valores que começa a transformação social. O primeiro passo já foi dado, “expandir a dimensão cultural da luta de classes, através de meios de difusão e de ações pedagógicas capazes de denunciar as estruturas de dominação da sociedade capitalista, aprofundar a consciência dos trabalhadores e exigir a transformação radical das relações sociais de produção” (MORAES, 2010, p.62).

Os discursos hegemônicos colocam sua narrativa como única alternativa de futuro, mas a existência de movimentos sociais prova que a ordem pode ser subvertida através de novas narrativas, que o poder pode ser desafiado e a sociedade transformada. A mídia ocupa esse espaço de construção do imaginário e “transportam signos; garantem a circulação veloz das informações; movem as idéias; viajam pelos cenários onde as práticas sociais se fazem; recolhem, produzem e distribuem conhecimento e ideologia” (MARX E ENGELS, 1977, p. 67 apud MORAES, 2010, p.61).

A Ação Coletiva coloca em discussão os sistemas agroalimentares, suas formas de produção, seus atores e impactos sociais, econômicos e políticos. É um movimento de muito fôlego que visa o debate de ideias sobre o mundo rural, as relações entre campo e cidade, o papel dos consumidores e a sustentabilidade do futuro da terra. Um movimento que tem como foco a comida de verdade e que para alcançar seu ponto de discussão precisa perpassar diversas estruturas de poder e controle. A partir de uma comunicação alternativa, a Ação Coletiva institui uma conversa colaborativa e sem interesse mercantil na produção cultural.

Como Caires (2009) afirma, a comunicação alternativa é um movimento social *per se* já que tem como objetivo reivindicar direitos e mudar o status quo da sociedade. Portanto, a Ação, por mobilizar uma comunicação livre e que fomenta novos discursos é um movimento social que consegue desterritorializar, descentralizar e ampliar o alcance das discussões ali propostas e de assuntos de relevância social que não estão na pauta das mídias tradicionais. E segundo Cardoso (2005), a comunicação é decisiva na estruturação da sociedade, ou seja, com a criação de movimentos sociais ligados a comunicação, tanto a luta sociais, tanto a criação de novos meios de circulação de informação fomentam mudanças na subjetivação da sociedade.

No caso dos movimentos voltados à alimentação, a subjetividade está nos meios de produção alimentar, que durante toda a história da alimentação foi diversa e variada, baseada nas especificidades do território e valorizando a força de trabalho local. Mas com as mudanças da modernidade, percebe-se a globalização da alimentação e os impactos decorridos desse movimento. A Ação Coletiva, portanto, vem para mostrar que existem comunidades e grupos de agricultores que se mantêm fortes frente a pandemia, com o desenvolvimento de grupos de consumidores e redes de comunicação para facilitar a venda de produtos da região entre os moradores.

Foram mapeadas pela Ação “mais de 300 experiências de sistemas agroalimentares protagonizadas por organizações populares, coletivos, redes e movimentos sociais, do campo e da cidade” (AÇÃO, 2020b). Entre feiras, hortas urbanas, cooperativas, coletivos de consumo, ações de troca, abastecimento ou doação de alimentos, a Ação espera que com o mapeamento dessas experiências seja possível perceber estratégias de organização e servir como inspiração para novas experiências e estudos sobre elas, em uma tentativa de continuar fomentando a discussão no futuro. As ações identificadas são modelos de produção e consumo locais, microsistemas alimentares que funcionam e abastecem comunidades que se organizam para a valorização não apenas da comida de verdade, mas do empoderamento do pequeno produtor e do comércio local, movimentando a alimentação e permitindo que mais pessoas possam alcançar a soberania alimentar.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O trabalho não tem o propósito de chegar a uma conclusão ou esgotar a discussão acerca da alimentação, as considerações aqui feitas dizem respeito ao caminho percorrido até aqui. A alimentação vem sendo discutida por diversas pessoas ao longo da história da humanidade, todas as culturas possuem hábitos alimentares diferentes e particularidades que refletem seu território e ancestralidade. E com o passar dos anos e a chegada do “desenvolvimento” nas sociedades, o mundo torna-se cada vez mais globalizado, unificando gostos e estilos de vida e causando a perda da variedade de hábitos e sistemas alimentares.

Os conceitos de Laraia (2001) e Guattari (1997) deram embasamento suficiente para entender a construção da cultura e da subjetividade atual. Acompanhando os Estudos Culturais foi possível perceber as mudanças ocorridas ao longo da história e como as revoluções tecnológicas alteraram as formas de vida das sociedades. Guattari (1997), também argumenta sobre a subjetividade capitalista, essencial para contextualizar os conceitos de Moraes (1997) e Canclini (1990) sobre as lutas de sentidos e narrativas que constroem a hegemonia e contra hegemonia cultural.

Tais conceitos permitem concluir que a globalização transforma todo o mundo em uma monocultura. As monoculturas são espaços onde só existe uma cultura, seja ela de soja, trigo ou pessoa. As cidades são monoculturas de gente, onde nenhum outro ser vivo consegue existir, e até mesmo outras pessoas, diferentes do padrão aceito, perdem a humanidade e o direito à existência. A monocultura não persiste por muito tempo. A vida vem da diversidade e é só pela diversidade de cultura que é possível manter a Terra viva.

As transformações do mundo moderno são insustentáveis, é impossível manter o capitalismo como único modo de vida por muito tempo. Na história da humanidade todos os sistemas, em algum momento acabam, e nada comprova que com o capitalismo será diferente, ele há de acabar um dia, porém a vida não pode acabar com ele, e para evitar isso é necessário mudar a forma como lidamos com o planeta.

Krenak (2019) e Acosta (2016) fazem uma reflexão profunda e embasada sobre o futuro da humanidade e do planeta caso não se busque alternativas ao atual modelo de desenvolvimento, ambos autores não apenas expõem o problema, mas trazem soluções que inspiraram esse trabalho e foram importantes para a construção do mesmo. O conceito de humanidade e desenvolvimento dissecados por esses autores foram essenciais para apontar, nessa pesquisa, o vínculo existente entre a subjetividade das sociedades ocidentais e as opressões sofridas por outras culturas.

Pode-se perceber que em um curto espaço de tempo pesquisado, a alimentação estava inserida em diversas decisões governamentais e empresariais, mas também passou por mudanças dentro das casas dos brasileiros. Não só no espaço físico, a alimentação foi tema de muitas discussões na internet e foco de movimentos que tiveram que se reinventar devido à pandemia. A Ação Coletiva nasceu com o intuito de discutir a comida de verdade e cumpriu com seu objetivo. Durante todos os seminários, a Ação discute temas profundos sobre a alimentação, a relacionando com mazelas sociais e ambientais e mostrando sua vinculação com decisões políticas. O encontro dessa pesquisa com a Ação não poderia ser mais produtivo. A complementação das teorias aqui exploradas pelas falas de diversos especialistas que participaram da rede de discussão da Ação foi imprescindível para o desenvolvimento dessa reflexão.

Impossível não citar o trabalho de Azevedo (2011, 2015, 2017) e todo o trabalho na área da alimentação feita pela pesquisadora que embasou esse trabalho não apenas de forma teórica, mas como inspiração para todas as reflexões sobre a influência da alimentação nas sociedades e sua potência de movimentar hierarquias. Carneiro (2013) também foi imprescindível para compreender um quadro histórico da cultura alimentar e o elo entre ambos conceitos desde que se compreende o que ambos representam. A contextualização da história da alimentação, acompanhada por pesquisas e notícias atuais deu liberdade para este trabalho dissertar sobre a configuração atual dos sistemas alimentares de forma ensaística, com abertura para passar por diversos temas, que muitas vezes não parecem ligados, mas quando vistos na transversalidade possuem um vínculo claro.

Não apenas as discussões acerca da alimentação, mas a própria forma de organização da Ação vai de encontro das teorias aqui discutidas. A autocomunicação em rede, explorada por Castells (2013), é promovida pela Ação, fornecendo a oportunidade de líderes indígenas, militantes, ativistas, grupos de pesquisa, organizações de consumidores e agricultores, entre outros, se articularem entre si, formando redes de movimento e organização. É pela comunicação em redes que podemos pensar juntos na construção de novos horizontes e regenerar as formas de poder. Deu-se vida a um movimento social que teve desenvolvimento na comunicação em rede e permitiu que as vozes de quem normalmente não está nas mídias fossem ouvidas.

A comunicação em rede, como afirma Castells (2013), consegue promover mudanças dependendo dos contatos feitos entre redes, a Ação Coletiva conseguiu conectar diversos atores sociais e pesquisadores que junto às questões feitas pelo público, desenvolveram uma comunicação horizontal, com um grande fluxo de informações e permitindo que cada cidadão

tenha informação suficiente para fazer suas escolhas de forma consciente. As conversas realizadas não seriam possíveis de outra forma que não em redes digitais, afinal, cada participante se encontrava dentro de sua casa, em lugares distintos do país (alguns até fora), participando e trocando experiências reais, teóricas e práticas sobre alimentação. A união desse número de pessoas seria difícil, não apenas atualmente, pela pandemia, mas em qualquer momento pela dificuldade de deslocamento e de agenda.

A pesquisa consegue perpassar por diversos acontecimentos e discussões graças ao uso do modelo cartográfico, é por meio dele que essa reflexão é possível, deixando ela em aberto para a continuidade da história da alimentação, sem finalizar um caminho que não se iniciou aqui. Sem buscar respostas definitivas para um problema que não tem começo, meio e fim. Busca-se apenas explorar alternativas e visões interdisciplinares sobre a alimentação.

A alimentação é a única coisa que não se vive sem, é através dela que iniciamos a culturalização humana e é através dela que estamos caminhando para o fim. Para evitá-lo, a resposta também está nela. Mas de que alimentação falamos quando nos referimos a comida de verdade? Falamos de comida que vem da terra, local, plantada e colhida por trabalhadores saudáveis e bem remunerados, que se importam com a saúde de quem come e da natureza, prezando pelo equilíbrio e respeito entre os seus e a terra. A comida de verdade, não alimenta só o corpo, mas nutre a alma.

A caminhada que essa pesquisa faz está vinculada aos movimentos sociais em rede. Em um mundo conectado, é necessário criar alianças que fortaleçam uma luta comum, mesmo que por diferentes caminhos e é esse ponto que se busca deixar como reflexão final. Para alcançar uma nova subjetividade no mundo, a alimentação é um ponto central e precisa ser discutida em todos os âmbitos da vida, desde a escolha do que comer, até a legislação e práticas públicas que barrem a supremacia de transnacionais no contexto alimentar nacional. As pequenas ações importam, mas é apenas na articulação de ideias que o movimento se forma e ganha força e é essa articulação que cria narrativas capazes de começar mudanças.

REFERÊNCIAS

ACOSTA, Alberto. **O bem viver: uma oportunidade para imaginar outros mundos**. 1. ed. São Paulo: Autonomia Literária, Elefante, 2016.

AÇÃO Coletiva Comida de Verdade. Covid-19 E Sistemas Agroalimentares No Brasil: Quais As Saídas Para Um Futuro Melhor?. Youtube, 2020a. (93 min.), son., color. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=bC_kat09xt8&t=3s&ab_channel=A%C3%A7%C3%A3oColetivaComidadeVerdade>. Acesso em: 03 de set. 2020.

AÇÃO Coletiva Comida de Verdade. Mapeamento de Experiências de Abastecimento Alimentar. 2020b. Disponível em: <<https://acaocoletivacomidaverdade.org/mapeamento/>> Acesso em: 23 de mar. 2021.

AÇÃO Coletiva Comida de Verdade. Protagonismo social no abastecimento alimentar: histórias inspiradoras em tempos de pandemia. Youtube, 2020c. (115 min.), son., color. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=27sf_4Odm8s&t=1250s&ab_channel=A%C3%A7%C3%A3oColetivaComidadeVerdade>. Acesso em: 29 de out. 2020.

AÇÃO Coletiva Comida de Verdade. Sentidos e práticas da comida de verdade: entre a captura e a emancipação. Youtube, 2020d. (92 min.), son., color. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=Cxud1eFcr4E&ab_channel=A%C3%A7%C3%A3oColetivaComidadeVerdade>. Acesso em: 06 de out. 2020.

AÇÃO Coletiva comida de verdade. Sobre. 2020e. Disponível em: <<https://acaocoletivacomidaverdade.org/sobre/>>. Acesso em: 6 de out. 2020.

AÇÃO Coletiva Comida de Verdade. Territórios e sistemas agroalimentares sustentáveis. Youtube, 2020f. (97 min.), son., color. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=Zi9FuBROXXY&ab_channel=A%C3%A7%C3%A3oColetivaComidadeVerdade>. Acesso em: 03 de set. 2020.

ALMEIDA, Ludmila; BENTES, Ariel. Por uma comida de verdade nas periferias. **Favela em Pauta**. [S.l.], 2020. Disponível em: <<https://favelaempauta.com/por-uma-comida-de-verdade-para-as-periferias/>> Acesso em: 11 de mar. 2021

ANVISA. **Agência Nacional de Vigilância Sanitária**. Anvisa aprova norma sobre rotulagem nutricional. Disponível em: <<https://www.gov.br/anvisa/pt-br/assuntos/noticias-anvisa/2020/aprovada-norma-sobre-rotulagem-nutricional>> Acessado em: 11 de mar. 2021

AZEVEDO, Elaine de. Alimentação, sociedade e cultura: Temas contemporâneos. **Sociologias**, v. 19, n. 44, p. 276–307, 2017.

AZEVEDO, Elaine de; PELED, Yiftah. “Artevismo” Alimentar. **Revista Semestral do Departamento e do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da UFSCar**, v. 5, n. 2, p. 495, 2015.

AZEVEDO, Elaine de.; PELICIONI, Maria Cecília Focesi. Promoção da Saúde, sustentabilidade e Agroecologia: Uma discussão intersetorial. **Saúde e Sociedade**, v. 20, n. 3, p. 715–729, 2011.

BARBOSA, Livia. **Sociedade de Consumo**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2004.

BRASIL. Portaria nº 43, de 21 de fevereiro de 2020. Institui o Código Civil. **Diário Oficial da União**: seção 1, edição 39, Brasília, DF, 2020a, p.4

BRASIL. Resolução Normativa nº 24, de 7 de janeiro de 2020. Dispões sobre normas. **Diário Oficial da União**: seção 1, edição 6, Brasília, DF, 2020b, p.22

BOLSONARO, Jair. Transmissão ao vivo. Brasília, 19 jun, 2019. **Facebook: Jair Bolsonaro**. Disponível em: <<https://www.facebook.com/jairmessias.bolsonaro/videos/2355415791398367>> Acesso em: 23 de mar. 2021

CAIRES, Luiza. Cidadania, movimentos sociais e comunicação alternativa pela internet: algumas questões na perspectiva do centro de mídia independente Brasil. **Alterjor**. v. 01, n. 1, p. 1-15, 2009.

CAIVANO, Simone. et al. Conflitos de interesses nas estratégias da indústria alimentícia para aumento do consumo de alimentos ultraprocessados e os efeitos sobre a saúde da população brasileira. **DEMETRA: Alimentação, Nutrição & Saúde**, v. 12, n. 2, p. 349–360, 2017.

CANCLINI, Nestor Garcia. **Consumidores e Cidadãos: conflitos multiculturais da globalização**. 3. ed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1997.

CARDOSO, Gustavo; LAMY, Cláudia. Redes sociais : Comunicação e mudança. **International Relations**, v. 2, n. 1, p. 73–96, 2011.

CARNEIRO, Henrique. **Comida e sociedade**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2003.

CASTELLS, Manuel. **Redes de indignação e esperança: movimentos sociais na era da internet**. 1. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2013.

CASTRO, Eduardo Viveiros de. Posfácio a *Idéias para Adiar o Fim do Mundo*, de Ailton Krenak. **n-1 edições**, 2020. Disponível em: <<https://n-1edicoes.org/113>>.

CASTRO, Rogério. O aumento do preço dos alimentos e o vírus econômico. **Nexo**. [S.l], 2020. Disponível em: <<https://www.nexojournal.com.br/ensaio/2021/O-aumento-do-pre%C3%A7o-dos-alimentos-e-o-v%C3%ADrus-econ%C3%B4mico>> Acesso em: 16 de mar. 2021

CIMI. **Conselho Indigenistas Missionários**. Relatório Violência Contra os Povos Indígenas no Brasil – Dados de 2019. Disponível em : <<https://cimi.org.br/wp-content/uploads/2020/10/relatorio-violencia-contra-os-povos-indigenas-brasil-2019-cimi.pdf>> Acesso em: 06 de mar. 2021

CONAB. **Companhia Nacional de Abastecimento**. Estoques. Disponível em <<https://www.conab.gov.br/estoques>> Acesso em: 23 de mar. 2021

DANTAS, Carolina. Desmatamento na Amazônia cresce 9,5% em um ano e passa de 11 mil km², aponta Inpe. **G1**. [S.L]. 2020. Disponível em: <https://g1.globo.com/natureza/noticia/2020/11/30/amazonia-teve-11-mil-km-de-desmatamento-entre-agosto-de-2019-e-julho-de-2020-aponta-inpe.ghtml>> Acesso em: 26 de fev. 2021

ECODEBATE. Perda contínua da biodiversidade e degradação dos ecossistemas aceleram. [S.L], 2020. Disponível em: <https://www.ecodebate.com.br/2020/09/17/perda-continua-da-biodiversidade-e-degradacao-dos-ecossistemas-aceleram/>> Acesso em: 11 de mar. 2021

ESTADÃO Conteúdo. Bolsonaro: críticas internacionais sobre agronegócio na Amazônia são ‘infundadas’. **Istoé Dinheiro**. [S.l], 2020a. Disponível em: <https://www.istoedinheiro.com.br/bolsonaro-criticas-internacionais-sobre-agronegocio-na-amazonia-sao-infundadas/>> Acesso em: 9 de mar. 2021

ESTADÃO Conteúdo. Brasil está voltando ao mapa da fome, diz diretor da ONU. **Istoé Dinheiro**. [S.l], 2020b. Disponível em: <https://exame.com/brasil/brasil-esta-voltando-ao-mapa-da-fome-diz-diretor-da-onu/>> Acesso em: 16 de mar. 2021

FEATHERSTONE, Mike. **Cultura de consumo e pós-modernismo**. São Paulo: Studio Nobel, 1990.

FONSECA, Bruno; GRIGORI, Pedro; LAVOR, Thays. EXCLUSIVO: Agrotóxicos paraquate e glifosato mataram 214 brasileiros na última década. **Por trás do alimento**. [S.l], 2020. Disponível em: <https://portrasdoalimento.info/2020/09/04/exclusivo-agrotoxicos-paraquate-e-glifosato-mataram-214-brasileiros-na-ultima-decada/#:~:text=Em%2029%2C4%20mil%20foi,preenchidos%20a%20m%20C3%A3o%20pelos%20m%20C3%A9dicos>> Acesso em: 11 de mar. 2021

FREITAS, Helen; CABETTE, André; ARANHA, Ana. O Brasil é o 2º maior comprador de agrotóxicos proibidos na Europa, que importa alimentos produzidos com estes químicos. **Agência Pública**. [S.l], 2020. Disponível em <https://apublica.org/2020/09/brasil-e-2o-maior-comprador-de-agrotoxicos-proibidos-na-europa-que-importa-alimentos-produzidos-com-estes-quimicos/#:~:text=O%20agrot%C3%B3xico%20proibido%20na%20Uni%C3%A3o,mercados%20europeus%20foi%20o%20carbendazim.&text=O%20carbendazim%20foi%20banido%20na,t%C3%B3xico%20para%20a%20vida%20aqu%C3%A1tica>> Acesso em: 17 de mar. 2021

FREITAS, Helen (org). **10 mitos e verdades sobre agrotóxicos**. São Paulo: IDEC, 2018.

GALINDO, Flávia.; PORTILHO, Fátima. “O Peixe Morre pela Boca”: Como os Consumidores Entendem os Riscos dos Agrotóxicos e dos Transgênicos na Alimentação. **Sustentabilidade em Debate**, v. 6, n. 2, p. 73, 2015.

GÓMEZ, Guilherme Orozco. Os meios de comunicação de massa na era da internet. **Comunicação & Educação**. v. 6, n. 3, p. 373-378, 2006.

GRIGORI, Pedro. Bancada Ruralista retoma PL do veneno e vê ‘oportunidade de resolver isso de uma vez’. **Repórter Brasil**. [S.l], 2021. Disponível em

<<https://reporterbrasil.org.br/2021/03/bancada-ruralista-retoma-pl-do-veneno-e-ve-oportunidade-de-resolver-isso-de-uma-vez/>> Acesso em: 17 de mar. 2021.

GUATTARI, Félix; ROLNIK, Suely. **Micropolítica: Cartografias do desejo**. 4. ed. Petrópolis: Vozes, 1996.

GUIMÓN, Pablo. Black Lives Matter: o rumo incerto do grande movimento anti racista. **El País**. Washington, 2020. Disponível em: <<https://brasil.elpais.com/internacional/2020-09-07/black-lives-matter-o-rumo-incerto-do-grande-movimento-antirracista.html>> Acesso em: 7 de out. 2020

ICMBIO. **Instituto Chico Mendes De Conservação Da Biodiversidade**. Biodiversidade é tema da semana do meio ambiente. [S.l], 2020. Disponível em <<https://www.icmbio.gov.br/portal/ultimas-noticias/20-geral/11117-biodiversidade-e-tema-da-semana-do-meio-ambiente>> Acesso em: 9 de mar. 2021

IDEC. **Instituto De Defesa Do Consumidor**. Pandemia: aumento de consumo de ultraprocessados pelo Brasil. [S.l], 2020. Disponível em: <<https://idec.org.br/noticia/pandemia-aumento-de-consumo-de-ultraprocessados-pelo-brasil>> Acesso em: 18 de mar. 2021

JANKAVSKI, André. Pão de Açúcar não sabe o que é crise – mas Carrefour é o 'queridinho' da vez. **CNN Brasil**. São Paulo, 2020. Disponível em: <<https://www.cnnbrasil.com.br/business/2020/07/30/pao-de-acucar-nao-sabe-o-que-e-crise-mas-carrefour-e-o-queridinho-da-vez>> Acesso em: 18 de mar. 2021

KELLNER, Douglas. **A cultura da mídia**. 1. ed. Bauru: Editora da Universidade do Sagrado Coração, 2001.

KRENAK, Ailton. **Ideias para adiar o fim do mundo**. 1. ed. São Paulo: Editora Schwarcz, 2019.

LACERDA, Nara. Brasil afrouxa análise de segurança para plantio de transgênicos. **Brasil de Fato**. [S.l], 2020. Disponível em: <<https://www.brasildefato.com.br/2020/02/10/brasil-afrouxa-analise-de-seguranca-para-plantio-de-transgenicos>> Acesso em: 11 de mar. 2021

LARAIA, Roque de Barros. **Cultura: um conceito antropológico**. 14. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

LATOUR, Bruno. Imaginar gestos que barrem o retorno da produção pré crise. **n-1 edições**, 2020. Disponível em: <<https://n-1edicoes.org/008-1>>.

LAVADO, Thiago. Com maior uso da internet durante a pandemia, número de reclamações aumenta. **G1 Economia**. [S.l], 2020. Disponível em: <<https://g1.globo.com/economia/tecnologia/noticia/2020/06/11/com-maior-uso-da-internet-durante-pandemia-numero-de-reclamacoes-aumenta-especialistas-apontam-problemas-mais-com-uns.ghtml>> Acesso em: 6 de out. 2020

LIMA Romilda; NETO, José Ambrósio; FARIAS, Rita de Cássia. Alimentação, Comida E Cultura: O Exercício Da Comensalidade. **DEMETRA: Alimentação, Nutrição & Saúde**, v. 10, n. 3, p. 507–522, 2015.

LINS, Vanessa. O que estamos comendo durante a pandemia. **Folha de Pernambuco**. Pernambuco, 2020. Disponível em: <<https://www.folhape.com.br/sabores/o-que-estamos-comendo-durante-a-pandemia/148437/>> Acesso em: 6 de out. 2020

LOUZADA, Maria Laura et al. Alimentos ultraprocessados e perfil nutricional da dieta no Brasil. **Revista de Saúde Pública**, v. 49, p. 1–11, 2015.

LUPION, Bruno. Mais de 170 mil brasileiros entraram para a pobreza extrema em 2019. UOL Economia. [S.l.], 2020. Disponível em: <<https://economia.uol.com.br/noticias/redacao/2020/05/18/mais-170-mil-brasileiros-entraram-para-a-pobreza-extrema-em-2019.htm>> Acesso em: 7 de fev. 2020

MACHADO, Leandro. Greve dos entregadores: o que querem os profissionais que fazem paralisação inédita. **BBC**. São Paulo, 2020. Disponível em: <<https://www.bbc.com/portuguese/brasil-53124543>> Acesso em: 7 de out. 2020

MARTINS, Pedro. Manifesto mobiliza sociedade em defesa do Guia Alimentar para a População Brasileira. **Associação Brasileira de Saúde Coletiva**. [S.l.], 2020. Disponível em: <<https://www.abrasco.org.br/site/noticias/manifesto-mobiliza-sociedade-em-defesa-do-guia-alimentar-para-a-populacao-brasileira/52206/>> Acesso em: 26 de fev. 2021

MORAES, Dênis de. Notas sobre imaginário social e hegemonia cultural. **Contracampo**, v. 1, n. 1, p. 93-104, 1997.

_____. Comunicação alternativa, redes virtuais e ativismo: avanços e dilemas. **Revista de economía política de las tecnologías de la información y comunicación**, v. 9, n. 2, 2007.

_____. Comunicação, hegemonia e contra-hegemonia: a contribuição teórica de Gramsci. **Revista Debates**, v. 4, n. 1, p. 54, 2010.

NUPENS-USP. **Núcleo de Pesquisas Epidemiológicas em Nutrição e Saúde Pública, Universidade de São Paulo**. Meta-análises confirmam associação do consumo de ultraprocessados com obesidade e doenças do coração. São Paulo, 2020. Disponível em: <<http://www.fsp.usp.br/nupens/meta-analises-confirmam-associacao-do-consumo-de-ultraprocessados-com-obesidade-e-doencas-do-coracao/>> Acesso em: 18 de mar. 2021

NUPENS-USP. **Núcleo de Pesquisas Epidemiológicas em Nutrição e Saúde Pública, Universidade de São Paulo**. Rotulagem de alimentos: o direito de saber o que se come. São Paulo, 2020. Disponível em: <<http://www.fsp.usp.br/nupens/rotulagem-de-alimentos-o-direito-de-saber-o-que-se-comer/>> Acesso em: 18 de mar. 2021

OLIVEIRA, Cida. Censura: Ruralistas lançam campanha contra livros didáticos com críticas ao agronegócio. **Rede Brasil Atual**. São Paulo, 2021. Disponível em: <<https://www.redebrasilatual.com.br/educacao/2021/02/censura-ruralistas-lancam-campanha-contra-livros-didaticos-com-criticas-ao-agronegocio/>> Acesso em: 6 de mar, 2021

ONU. **Organização das Nações Unidas**. Declaração Universal dos Direitos Humanos. 1948. Disponível em: <<https://www.ohchr.org/EN/UDHR/Pages/Language.aspx?LangID=por>> . Acesso em 03 de abr. 2020

_____. **Organização das Nações Unidas**. Pacto Internacional sobre os Direitos Econômicos, Sociais e Culturais. Assembléia Geral das Nações Unidas, 1966.

OPAS. **Organização Pan-Americana de Saúde**. Folha informativa sobre a covid-19. Disponível em: <<https://www.paho.org/pt/covid19#higiene>> Acesso em: 23 de mar. 2021.

PÁDUA, Suzana; PELLIN, Angela; PRADO, Fabiana. ICMBio versus IBAMA: porque essa fusão pode prejudicar áreas protegidas. **Folha de São Paulo**. São Paulo, 2021. Disponível em <<https://www1.folha.uol.com.br/empreendedorsocial/2021/02/icmbio-versus-ibama-por-que-e-ssa-fusao-pode-prejudicar-areas-protetidas.shtml>> Acesso em: 9 de mar. 2021

PERUZZO, Cícilia M. Krohling. **Revisitando os conceitos de comunicação popular, alternativa e comunitária**. Disponível em: <<http://www.portcom.intercom.org.br/pdfs/116338396152295824641433175392174965949.pdf>>. Acesso em: 3 de abr. 2020

PORTILHO, Fátima; CASTAÑEDA, Marcelo; CASTRO, Inês. A alimentação no contexto contemporâneo : consumo , ação política e sustentabilidade. **Ciência & saúde coletiva**, p. 99–106, 2010.

POULAIN, Jean Pierre.; PROENÇA, Rossana P. da Costa. O espaço social alimentar: Um instrumento para o estudo dos modelos alimentares. **Revista de Nutrição**, v. 16, n. 3, p. 245–256, 2003

PRYSTHON, Ângela. Histórias da teoria: os estudos culturais e as teorias pós-coloniais na América Latina. **Interin**, vol. 9, núm. 1, 2010, pp. 1-25

RIBEIRO, Amaury. PF já tem provas para indicar fazendeiros de MS por queimadas no Pantanal. **UOL Notícias**. 2020. Disponível em <<https://noticias.uol.com.br/colunas/amaury-ribeiro-jr/2020/09/25/pf-ja-tem-provas-para-indicar-fazendeiros-por-queimadas-no-pantanal.htm?cmpid=copiaecola>> Acesso em: 9 de mar. 2021

RIBEIRO, Diana. Efeito pandemia: gastos com delivery crescem 187% em 2020. **6minutos**. São Paulo, 2021. Disponível em: <<https://6minutos.uol.com.br/minhas-financas/efeito-pandemia-gastos-com-delivery-crescem-187-em-2020/>> Acesso em: 19 de mar. 2021

SANTOS, Maurren (org.); GLASS, Verena (org.). **Atlas do agronegócio: fatos e números sobre as corporações que controlam o que comemos**. Rio de Janeiro: Fundação Heinrich Boll, 2018.

SAUDADES do Brasil. Direção: Maria Maia. **Produção TV Senado**. Brasil, 2005.

SOARES, Gabriella. Liberação de agrotóxicos bateu novo recorde em 2020. **Poder 360**. Disponível em:

<<https://www.poder360.com.br/governo/liberacao-de-agrotoxicos-bateu-novo-recorde-em-20-20-no-5o-ano-de-alta/>> Acesso em: 11 de mar. 2021

SOARES, Ingrid. Bolsonaro sobre agronegócio: 'Nós não criamos dificuldades'. **Estado de Minas**. Minas Gerais, 2020. Disponível em <https://www.em.com.br/app/noticia/politica/2020/10/16/interna_politica,1195265/bolsonaro-sobre-agronegocio-nos-nao-criamos-dificuldades.shtml> Acesso em: 9 de mar. 2021

STONEX. O que é commodity?. **Stonex**. [S.l], 2021. Disponível em: <<https://www.mercadosagricolas.com.br/inteligencia/o-que-sao-commodities/>> Acesso em: 16 de mar. 2021

TAPLIN, Jonathan. A revolução IP-TV. In: CARDOSO, Gustavo; CASTELLS, Manuel. **A Sociedade em Rede: do Conhecimento à Ação Política**. Imprensa Nacional - Casa da Moeda, 2005. p. 269-280

TUBELLA, Imma. Televisão e internet na construção da identidade. In: CARDOSO, Gustavo; CASTELLS, Manuel. **A Sociedade em Rede: do Conhecimento à Ação Política**. Imprensa Nacional - Casa da Moeda, 2005. p. 281- 290

VALENTE, Flávio Luiz Schieck. L. S. Fome, desnutrição e cidadania: inclusão social e direitos humanos. **Saúde e Sociedade**, v. 12, n. 1, p. 51–60, 2003.

VASCONCELLOS, Hygino. Brasil esvazia estoques de alimentos e perde ferramenta para segurar preços. **UOL**. Porto Alegre, 2020. Disponível em: <<https://economia.uol.com.br/noticias/redacao/2020/09/19/estoques-publicos-conab-alimento-s-reducao.htm>> Acesso em: 23 de mar. 2021